

## A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico

### INTRODUÇÃO

Trata-se neste texto de apresentar, devidamente comentado, o resultado da inventariação bibliográfica dos trabalhos de *investigação em ciências sociais* sobre os problemas de *ambiente* em meio *rural*. Esta inventariação foi realizada no quadro de um projecto de investigação que envolveu, em 1992-1993, vários países europeus<sup>1</sup>.

Terminado em Dezembro de 1993<sup>2</sup>, suscitou uma reflexão cuja actualidade nos levou a encarar como relevante a sua divulgação em Portugal, de modo a evidenciar as preocupações e as perplexidades que os problemas de ambiente colocam ao mundo da ciência e, em particular, ao da ciência social.

De facto, na divisão tradicional do trabalho científico, o estudo do ambiente, com as suas específicas exigências de interdisciplinaridade, tem avançado pouco, mesmo em países onde, ao nível metodológico e epistemológico, a quebra das barreiras disciplinares convencionais tem sido equacionada, o que se tornou sobretudo sensível a partir de meados da década de 70.

Em geral, os trabalhos de investigação sobre o ambiente têm-se centrado nos aspectos físicos, biológicos e energéticos dele decorrentes, sem que as populações abrangidas tenham sido alvo de preocupação específica por parte dos autores.

Em Portugal, os condicionalismos ligados — durante o largo período do corporativismo português — às dificuldades de afirmação das ciências sociais e

---

\* Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

\*\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> O projecto intitulava-se: *Les recherches en sciences sociales sur les problèmes d'environnement en milieu rural dans les pays européens*; foi financiado, em França, pelo Ministère de la Recherche et de la Technologie e levado a cabo no Groupe de Recherches Sociologiques, CNRS, Université de Paris X, Nanterre, sob a direcção de Marcel Jollivet.

<sup>2</sup> Com a produção de listas de referências bibliográficas por país, apresentadas e comentadas pelas equipas nacionais como capítulos de uma publicação conjunta. A bibliografia recensada em Portugal existe disponível em ficheiro informático no Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia e no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Na sua elaboração contamos com a colaboração de Raul Caixinhas, sociólogo no INAG, Instituto da Água (Ministério do Ambiente e Recursos Naturais).

depois — nos tempos de transição e consolidação da democracia — à definição das suas prioridades retardaram o aparecimento dos temas ambientais nos estudos sociais, particularmente em sociologia. Com trabalhos predominantemente orientados, depois de 1974, para a estratificação social e para os problemas das classes e categorias sociais camponesas, nem mesmo recorrendo aos instrumentos e métodos científicos convencionais se abordaram, entre nós, numa óptica sociológica, temas especificamente ligados ao ambiente, em sentido lato, pelo menos com profundidade ou amplitude assinaláveis. É certo, porém, que a questão ambiental não gerou, entre nós, nem a mesma visibilidade social, nem o mesmo empenhamento cívico que teve, na época, noutros países europeus.

Os estudos de economia, por seu lado, mesmo os que incidem sobre realidades regionais ou locais, têm estado igualmente afastados do quadro teórico da economia dos recursos naturais que melhor reflecte as preocupações ambientais.

Pode mesmo dizer-se que, à excepção da geografia e da antropologia cultural, raramente variáveis biológicas ou físicas foram tidas em conta na interpretação dos fenómenos sociais, não tendo estes também sido convocados para o estudo das transformações físicas e biológicas do meio.

De resto, data apenas dos anos 80 a «crise» que provocou em Portugal uma melhor visibilidade da articulação sociedade/ambiente, crise que foi ela própria de alguma forma induzida pela interiorização forçada de pressões provenientes, em especial, das instâncias comunitárias, tanto no domínio económico como no domínio jurídico, não tendo tido senão reflexos fracos e dispersos ao nível da produção científica em ciências sociais.

O conjunto de trabalhos de investigação sobre ambiente, na perspectiva das ciências sociais aplicadas ao meio rural, é assim, na prática, um conjunto constituído por elementos dispersos, raros e difíceis de congregar.

Por outro lado, o debate sobre o aparecimento de um novo paradigma<sup>3</sup> na sociologia, ou a crítica dos instrumentos tradicionais de apreciação do crescimento e do desenvolvimento económico, e a utilização de modelos de avaliação das externalidades associadas à evolução tecnológica<sup>4</sup>, discutidos noutros países, com relevo para os Estados Unidos da América do Norte<sup>5</sup>, não têm suscitado entre nós interesse assinalável ou discussão alargada, mesmo ao nível académico. Assim, no capítulo da produção teórica em ciências sociais sobre ambiente nada existe também a assinalar. Na verdade, o ambiente — exigindo na sua abordagem, como referimos, uma perspectiva pluridisciplinar — permanece, na sua complexidade, um conceito fluido ainda pouco definido teoricamente.

---

<sup>3</sup> O NEP (*New Environmental Paradigm*), contraposto ao tradicional HEP (*Human Exceptionalism Paradigm*) — na formulação de R. Dunlap e W. Catton, «Environmental sociology», in *Annual Review of Sociology*, 1989.

<sup>4</sup> D. W. Pearce e R. K. Turner, *Economics of Natural Resources and the Environment*, Harvester Wheatsheaf, Londres, 1990.

<sup>5</sup> Vem-nos sobretudo dos EUA a determinação de questionar as barreiras disciplinares do trabalho científico, fazendo aparecer novos domínios de estudo, situados na zona de interface entre as disciplinas tradicionais (J. M. Santos, *Mercado, Economias e Ecossistemas no Alto Barroso*, ed. Câmara Municipal de Montalegre, 1992).

Note-se, ainda, que o próprio conceito de ambiente varia consoante os domínios científicos considerados, mesmo dentro das próprias ciências sociais<sup>6</sup>, e que, além disso, historicamente também foi mudando. Falamos da transposição de uma orientação que parte dos recursos, enquanto quadro de vida explicativo de certos aspectos das sociedades humanas, para a ideia de que estas sociedades também influenciam os recursos naturais, a sua disponibilidade, a sua capacidade de renovação, a sua permanência.

Hoje as ciências sociais começam a ganhar esta dimensão da dinâmica ambiental e a inscrevê-la nos objectivos da sua produção ou das suas preocupações científicas. O ambiente deixou de ser encarado como uma simples limitação imposta às sociedades humanas e ganhou o estatuto de uma problemática na qual se inscreve o próprio devir dessas sociedades.

Estes factos tiveram duas consequências na concretização do nosso objectivo de inventariação bibliográfica: procurámos, por um lado, identificar em vários campos das ciências sociais trabalhos que de algum modo convergissem, ou tivessem em conta, a envolvente ambiental; por outro lado, considerámos também trabalhos ligados a várias outras áreas disciplinares que podem ser vistos como *inputs* indispensáveis a estudos (em ciências sociais) que venham a desenvolver-se sobre o ambiente.

Não temos a pretensão de apresentar aqui a alteração — de resto ainda em curso — dos códigos epistemológicos e metodológicos das diferentes ciências sociais em torno das questões do ambiente. Por exemplo, como evoluíram os geógrafos, do conceito de meio geográfico, para a dicotomia geografia física/geografia humana e, depois, para a ecogeografia, ou como, em antropologia, um discurso que se achava enraizado na tradição filológica e cultural se transformou, na prática da pesquisa, em antropologia social. Estas questões não fazem, senão marginalmente, parte dos nossos objectivos.

Ocupar-nos-emos mais simplesmente dos estudos que, tendo por objecto empírico o rural<sup>7</sup>, foram progressivamente integrando o novo conceito de ambiente nas suas perspectivas. Falaremos dos estudos rurais<sup>8</sup> levados a cabo por autores que se aproximaram do ambiente e que antes mesmo de ele ter ganho uma nova dimensão a haviam, de algum modo, preconizado.

*Qual será, pois, o estado da questão ambiental, entre nós, como objecto de estudo e como problemática social? Quais as suas implicações na natureza, na vida e nas práticas das populações em meio rural?*

Eram estas as nossas interrogações iniciais. Tentámos surpreendê-las na análise de um percurso concreto que, animado por autores de vária proveniência e formação

---

<sup>6</sup> No sentido em que «ambiente» em geografia não é o mesmo que «ambiente» em antropologia, por exemplo. A elaboração teórica de cada uma das ciências sociais foi trazendo alterações a este conceito, ora alargando, ora estreitando, a sua amplitude.

<sup>7</sup> No sentido da dicotomia clássica de A. Sedas Nunes, «Portugal, sociedade dualista em evolução», in *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Moraes Ed., 1969.

<sup>8</sup> V. M. Villaverde Cabral, «L'évolution du monde rural au Portugal au xx<sup>ème</sup> siècle: l'état de la question», in P. Villani (org.), *Trasformazioni della società rurale nei paesi dell'Europa occidentale e mediterranea*, Nápoles, ed. Guida, 1986.

disciplinar, foi pontualmente transferindo a tónica dos estudos sobre o rural para uma nova e mais vasta dimensão teórica, que é a dos estudos do ambiente. Trata-se da análise de uma marcha muito lenta e descontínua, talvez quase inconsciente, mas não obstante inscrita na evolução da produção científica, ao longo de várias décadas, e pela qual o ambiente — tido como mero condicionalismo das sociedades humanas — passa a ser encarado como elemento interactivo com a vida e as práticas das populações.

Pode dizer-se que uma reflexão sistemática sobre as principais linhas de evolução da pesquisa em ciências sociais sobre o rural faz aparecer, talvez mais do que em outros domínios científicos, uma particular sensibilidade às questões ligadas ao quadro de vida das populações, à natureza, aos sistemas agrários, à paisagem, em suma, ao ambiente. Foi por aí, justamente, que começámos. Documentemos um pouco melhor o caminho que prosseguimos.

Apresentamos, em primeiro lugar, (1) *Dos estudos rurais ao ambiente*, a evolução de trabalhos, por vezes antigos (remontando ao século XIX ou primórdios do século XX), nos quais, apesar da sua diversa inspiração disciplinar, a ideia de rural surge associada às questões do ambiente ou acaba por convergir para elas.

Trata-se de uma abordagem que não é inteiramente original e que tem sido seguida com êxito por vários autores. Nas suas reflexões sobre a natureza, a Associação dos Ruralistas Franceses, por exemplo, animou, em 1989, um colóquio justamente subordinado ao tema «Do rural ao ambiente»<sup>9</sup>, considerado como uma das primeiras acções no âmbito de uma reflexão conjunta sobre as exigências de interdisciplinaridade, na análise da relação dos ecossistemas com os sistemas sociais.

Num segundo momento procurámos sistematizar as formas pelas quais a problemática ambiental se afirmou entre nós no quadro legal e institucional e nas manifestações da sociedade civil: (2) *A questão do ambiente: quadro legal institucional, práticas e movimentos sociais*.

De seguida, tentámos relatar — sem a preocupação de uma minuciosa exaustividade, mas de uma forma tanto quanto possível completa — os contornos actuais da dinâmica de investigação em ciências sociais sobre as questões do ambiente: (3) *Oferta e procura da investigação em ciências sociais sobre ambiente*.

Finalmente, (4) *Nota de síntese sobre a bibliografia seleccionada*, procurámos justificar os critérios da inventariação bibliográfica efectuada, indentificando as fontes a que recorreremos, apresentando a grelha de caracterização utilizada na classificação ideográfica e, por último, detectando as linhas dominantes da pesquisa inseridas nos estudos recenseados.

Antes de entrarmos propriamente no corpo principal do texto, uma última advertência quanto ao âmbito da bibliografia seleccionada. Embora se trate aqui de um levantamento orientado, razões teóricas ligadas à definição de *rural* em contextos históricos mutáveis levaram-nos a alargar um pouco o âmbito da pesquisa, incluindo

---

<sup>9</sup>Association des Ruralistes Français (dir. Nicole Mathieu e Marcel Jollivet, *Du rural à l'environnement, la question de la nature aujourd'hui*, ed. L'Harmattan, 1989.

nela alguns estudos que comportam vectores de caracterização industrial ou que se reportam a usos não agrícolas do espaço rural. Esta opção justifica-se plenamente tendo em conta a realidade portuguesa. De facto, se «em meados do século [...] a agricultura, a sociedade rural e o espaço trilhavam caminhos coincidentes [...] quarenta anos depois a agricultura já não unifica a sociedade rural com todo o território não urbano [emergindo] uma questão de espaço autonomizada da agricultura, que também já não assegura a vitalidade da sociedade rural»<sup>10</sup>.

A evolução que procurámos surpreender, e a bibliografia que seleccionámos, inscreve-se mais na avaliação das interacções entre as sociedades humanas, o espaço, a natureza e a gestão dos recursos naturais do que numa estreita definição de rural como envolvente de sociedades organizadas em torno das práticas agrícolas.

O texto que se segue inspira-se na redacção apresentada para publicação internacional<sup>11</sup>. Mas difere dela em três aspectos essenciais: em primeiro lugar, porque se omitiram aspectos de caracterização genérica da economia e da sociedade portuguesas e sua evolução em anos recentes, aspectos apenas úteis para públicos menos portugueses; em segundo lugar, porque se adensou a informação decorrente do quadro legal e institucional que envolve, entre nós, as questões do ambiente. Em terceiro lugar, porque se incluíram mais referências sobre a dinâmica oferta/procura de investigação relativa ao ambiente em Portugal e sobre a receptividade dos Portugueses a esta problemática.

## 1. DOS ESTUDOS RURAIS AO AMBIENTE

Pode dizer-se que a reflexão social sobre os campos nasceu em Portugal no final do século XIX, com obras que utilizam métodos das modernas ciências sociais aplicados às questões camponesas<sup>12</sup>. Foi, no entanto, na primeira metade do século XX que uma escola de estudos rurais tomou corpo, na sequência de obras notáveis escritas por autores franceses que visitaram então Portugal. Trata-se de Léon

<sup>10</sup> F. Baptista, «Texto introdutório» ao catálogo da exposição *A agricultura nas últimas quatro décadas*, a realizar no Museu de Etnologia (Lisboa) em 1994.

<sup>11</sup> Maria Inês Mansinho e Luísa Schmidt (com a colaboração de Raul Caixinhas), *Recherches en sciences sociales sur les problèmes d'environnement en milieu rural dans les pays européens. Note de cadrage sur le Portugal*, GRS, CNRS, Paris, 1993.

<sup>12</sup> É nomeadamente o caso de *Fomento Rural e Emigração*, 1887, de Oliveira Martins; do *Inquérito Agrícola. Estudo Geral da Economia Rural da 2.ª Região Agrícola*, 1889, de Paulo de Moraes; também de *O Problema Agrícola*, 1887, de Basílio Telles, que escreveu mais tarde *A Carestia de Vida nos Campos*, 1904. E, da mesma época, de S. Picão, *Através dos Campos*, 2 vols., 1903, ed. 1947. Pode também citar-se de Cincinatti da Costa, *Le Portugal au point de vue agricole*, 1900, ou, deste mesmo autor, *Notas sobre Portugal*, um conjunto de textos de 1904. Outros trabalhos de inspiração sobretudo geográfica e etnográfica são de reter: *Coreografia ou Memória Económica Estatística e Demográfica do Reino do Algarve*, 1841, de J. B. S. Lopes, por exemplo. Na obra de A. Silbert (em particular em *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'ancien régime*, ed. Sevpen, 1966 (2 vols.)), podem encontrar-se, a este respeito, referências de uma grande utilidade. Exactamente como na tese de A. Bourdon, *Bibliographie de l'histoire de la société portugaise au XIX<sup>ème</sup> siècle*, 1970.

Poinsard, que publicou, em 1912, *Portugal Ignorado*, e de Paul Descamps, autor de *Le Portugal: la vie sociale actuelle*, de 1935. Estas obras, inseridas na linha dos estudos levados a cabo por Le Play, inspiraram, no quadro do Instituto Superior de Agronomia, criado em 1911, centenas de monografias, em parte ainda inexploradas e que constituem um material de reflexão importante sobre as problemáticas regional e local.

Várias gerações de *agrónomos* e de *silvicultores* se preocuparam então em fazer uma descrição dinâmica das questões rurais através das ciências sociais: Lima Basto, Azevedo Gomes, Henrique de Barros, Castro Caldas, são nomes a reter<sup>13</sup>.

Pode dizer-se que a utilização de conceitos, hipóteses e métodos das ciências sociais na clarificação dos problemas da agricultura e das sociedades rurais tiveram, em Portugal, à semelhança do que se passou noutros países ocidentais e nos Estados Unidos, uma origem bem agronómica<sup>14</sup>. Não deve negligenciar-se o facto de ter surgido, nos anos 50, um conjunto vasto de monografias sobre os vários concelhos do país, a partir de um organismo marcadamente técnico<sup>15</sup>, e também o facto de, na ausência da secção de estudos económicos da Estação Agrária Central, extinta em 1936 pelo regime de Salazar, uma apreciável produção de textos sobre as realidades agrícolas e rurais ter sido concretizada em serviços públicos, ou parapúblicos, ligados à intervenção política e técnica na agricultura<sup>16</sup>. Foi, provavelmente, esta uma das formas de sobrevivência das ciências sociais agrárias num contexto repressivo como o do regime corporativo português, então no seu pleno. Não devem esquecer-se as condições de produção das ciências sociais nesta época, e em particular da sociologia, relegada que foi, durante vários anos, a uma quase clandestinidade no ensino universitário e na vida das instituições<sup>17</sup>.

Foi necessário então que uma iniciativa privada, o Centro de Estudos de Economia Agrária (CEEAA) da Fundação Calouste Gulbenkian, criado em 1957, tomasse em mão o destino da investigação em economia e sociologia rurais. O CEEAA prosseguiu uma colaboração estreita com o Instituto Superior de Agronomia durante

---

<sup>13</sup> Para não citar senão alguns destes trabalhos, eis alguns títulos: *A Situação Económica da Agricultura Portuguesa*, 1920, de M. Azevedo Gomes; *Níveis de Vida e Custo de Vida: o Caso do Operário Agrícola Português*, 1935, de E. Lima Basto; *Inquérito Económico*, 4.º vol., *Alguns Aspectos Económicos da Agricultura em Portugal*, 1936, de E. Lima Basto e H. de Barros; *Inquérito à Habitação Rural*, 1943, de M. Azevedo Gomes, H. de Barros e E. Castro Caldas.

<sup>14</sup> V. F. Estácio, *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal: o Caso das Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura*, Lisboa, 1992.

<sup>15</sup> O SROA (Serviço de Reorganização e Ordenamento Agrário), que editou o *Inquérito Agrícola e Florestal — Plano de Fomento Agrário*.

<sup>16</sup> Junta de Colonização Interna, Organismos de Coordenação Económica, etc.

<sup>17</sup> Sobre a origem e a evolução das modernas ciências sociais, às quais estará sempre ligado o nome de Adérito Sedas Nunes, v., deste autor, «Histórias, uma história e a história — sobre a origem das modernas ciências sociais», in *Análise Social*, n.º 100, 1988. É interessante reter o percurso dos estudos sociais desde a criação, em 1962, do Gabinete de Investigações Sociais (GIS) à formação, em 1966, do grupo de bolseiros de sociologia da Fundação Gulbenkian, posteriormente integrado no GIS, e à transformação deste em Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vinte anos depois do seu nascimento, e já no quadro da democracia política.

os quase trinta anos da sua existência<sup>18</sup>, não só no domínio da investigação, mas também no da formação de estudantes e quadros técnicos. É interessante notar que as primeiras pesquisas realizadas em Portugal, orientadas para uma avaliação eco-energética, foram feitas por investigadores pertencendo, ou tendo sido bolseiros, ao CEEA<sup>19</sup>. Apesar de tudo, é difícil, dissemo-lo, encontrar estudos que façam apelo a uma verdadeira incorporação de variáveis biológicas ou físicas na análise económica e social. A questão está hoje, todavia, formulada pelo menos ao nível dos estudos agronómicos e existem investigações que se iniciam neste domínio<sup>20</sup>.

É preciso relembrar que, depois da queda do regime autoritário português em 1974, a sociologia rural — bem como outros ramos da sociologia e mesmo outras ciências sociais — tomou sobretudo em mão as questões das classes e das categorias sociais camponesas, das estruturas agrárias da reforma agrária, dos contrastes regionais, dos problemas ligados à pluriactividade e à transformação tecnológica e cultural dos campos<sup>21</sup>. O fascínio por estes temas, que tinham durante o corporativismo esperado tanto tempo para serem abordados, secundarizou de certo modo os problemas ambientais como objecto dos estudos sociais.

Não há portanto, entre nós, o equivalente àquilo que nos Estados Unidos se chama sociologia das questões ambientais (*sociology of environmental issues*), precedendo a sociologia ambiental (*environmental sociology*)<sup>22</sup>, que não existe mesmo em Portugal. Os sociólogos portugueses nem mesmo chegam a ser «conselheiros do príncipe»<sup>23</sup> no domínio das aplicações pragmáticas de resultados de investigação à política de ambiente. Nos seus trabalhos mais recentes não deram senão uma contribuição insignificante para o estudo das relações entre as condições de vida das populações rurais, o seu meio biofísico e a prática das instituições ou o comportamento dos agentes sociais.

Uma outra sensibilidade aos problemas da natureza e do ambiente vem-nos da tradição disciplinar dos *florestais* e dos *paisagistas*, uma vez mais historicamente ligados às actividades do Instituto Superior de Agronomia<sup>24</sup>.

<sup>18</sup> Foi extinto em 1986.

<sup>19</sup> Por exemplo, A. Carvalho, *Necessidades Energéticas dos Trabalhadores Rurais e Agricultores na Sub-Região Vinícola de Torres*, 1974, A. Fragata, A., *Análise Eco-Energética e Técnico-Económica de um Ecossistema Agrícola*, 1982, e C. Borges Pires, *Energia e Agricultura. A Cultura do Trigo no Alentejo*, 1984.

<sup>20</sup> É preciso citar estudos actualmente em curso no Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA: análise técnico-económica dos sistemas dehesa/montado, projecto luso-espanhol sob a direcção de Pablo Campos (CSIC — Espanha), coordenado em Portugal por M. Belo Moreira, e os estudos de J. M. Lima Santos sobre a manutenção das raças autóctones e a valorização dos percursos de montanha, ou também, do mesmo autor, sobre as relações entre recursos naturais, estruturas agrárias e lógica de funcionamento dos sistemas de produção agrícolas.

<sup>21</sup> Falamos, sem pretender esgotar a questão, de estudos de J. Madureira Pinto, de J. Ferreira de Almeida, de M. Villaverde Cabral, de A. de Barros, de A. V. Lima, no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ou do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), de A. Barreto na Universidade Católica e dos realizados no âmbito do Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA por F. Oliveira Baptista, J. Castro Caldas e I. Rodrigues.

<sup>22</sup> Catton e Dunlap, *op. cit.*

<sup>23</sup> V. B. Kalaora, «Le sociologue et l'environnement», in *Natures, sciences, sociétés*, vol. 1, 1993.

<sup>24</sup> No âmbito do qual se faz a formação universitária nestes domínios.

A tradição florestal de protecção da natureza é muito antiga. Ela vem-nos do século XIX<sup>25</sup> com Andrada e Silva<sup>26</sup>, uma das primeiras referências neste domínio, e é no fim dos anos de 1800 que Barros Gomes, um silvicultor/geógrafo, estabeleceu as primeiras cartas de caracterização ecológica do país.

Foi, no entanto, em meados do século XX que Mimoso Flores<sup>27</sup> escreveu aquilo que se pode considerar como o primeiro texto que veicula o conceito de protecção da natureza de uma forma moderna, inspirada pelas escolas norte-americanas.

Um pouco mais tarde, outros autores publicam estudos denotando um notável sentido das alianças ambientais<sup>28</sup>.

Com a instalação da primeira unidade industrial de celulose (Caima, Aveiro), nos anos 50, a tentação produtivista ganhou muitos silvicultores, que desenvolveram a tecnologia de produção e de exploração do eucalipto — com realce para Ernesto Góis.

À medida que esta espécie invadia várias centenas de hectares um pouco por todo o país, mas especialmente nas regiões centro e sul, e que a indústria se desenvolvia, o debate sobre o impacto da florestação à base de eucalipto tomava uma dimensão nacional, gerando, por volta dos anos de 1980 e um pouco por toda a parte, paixões ecologistas. Discussões acirradas, por e contra, animaram, com uma certa participação, o debate científico e político<sup>29</sup>.

Monteiro Alves previne-nos: «O debate sobre a cultura do eucalipto não pode considerar-se ainda próximo da sua ultrapassagem. E isto porque nele se concentra, para além das perspectivas estritamente técnicas, económicas e ecologistas, um lastro proveniente da presença de diferentes formações intelectuais e profissionais de interesses diversos, económicos, sociais, culturais, de visões da sociedade e da vida, de concepções da práxis do progresso, que em si próprios são naturalmente conflituais e não facilmente geradores de consensos<sup>30</sup>.»

A cultura do eucalipto é, portanto, «um tema-objecto privilegiado para participação no debate da actualidade universal, que é o da adequação das teorias de desenvolvimento económico à perspectiva dos riscos que impendem sobre a utilização dos recursos naturais»<sup>31</sup>.

Apesar da agitação que o eucalipto provocou no mundo florestal, este também se atribui outros objectivos, sobretudo em torno dos problemas da protecção florestal

<sup>25</sup> V., para uma melhor documentação, M. C. Radich, «A silvicultura em Portugal», in *Ler História*, 22, 1991.

<sup>26</sup> Andrada e Silva, *Memória sobre a Necessidade e Utilidade do Plantio de Novos Bosques em Portugal*, 1815.

<sup>27</sup> F. M. Flores, «A protecção da natureza», in *Congresso Nacional de Ciências Agrárias*, 1943.

<sup>28</sup> V., por exemplo, Vieira Natividade, *Subericultura*, 1950, M. Gomes Guerreiro, *A Floresta na Conservação do Solo e da Água*, 1953, e M. Azevedo Gomes, *Monografia do Parque da Pena*, 1960.

<sup>29</sup> O eucalipto, bem como o nuclear, foram os grandes temas mobilizadores da opinião pública portuguesa sobre o ambiente, que, durante muito tempo, se caracterizou, como iremos ver, por uma generalizada falta de empenho.

<sup>30</sup> A. A. Monteiro Alves, «Um quadro para o debate do eucalipto», in *O Eucalipto e o Equilíbrio dos Agro-Sistemas*, colóquio «O eucalipto: economia e território», 1991.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*



e da utilização múltipla da floresta. Temas que vão ao encontro das preocupações ambientais, mais actuais no quadro de um desenvolvimento sustentável<sup>32</sup>.

Uma outra perspectiva, muito marcada por estas preocupações, é a dos *arquitectos paisagistas*, uma categoria sócio-profissional que integra pessoas que se bateram fortemente<sup>33</sup> pelas questões do ordenamento do território e pelo ambiente num sentido, de resto, muito moderno: a ideia de *continuum naturale* e de *continuum culturale* e sua integração, apresentada por F. Caldeira Cabral. Remetendo para a indissociabilidade e múltipla dependência que, numa paisagem humanizada, se verifica entre as componentes de ordem física e biológica e as de ordem social, económica, estética e cultural, que é preciso articular em pé de igualdade, esta abordagem constitui hoje um quadro de referência muito actual para a elaboração de estudos de carácter ambiental<sup>34</sup>.

Nesta linha, Ribeiro Telles — arquitecto paisagista discípulo de Caldeira Cabral — adquiriu grande protagonismo, uma vez que avançou pelo campo das acções políticas, para as quais trouxe o ambiente como questão central. A ele se deve, como veremos adiante, legislação fundamental em matéria de conservação da natureza e de ordenamento do território, no sentido da sua indissociabilidade com o ambiente.

Falemos agora de investigadores de uma proveniência bem diferente: os *geógrafos*.

Através da geografia humana, mas também de certos aspectos da geografia física, desenvolveram reflexões de notável alcance ecológico.

Logo no virar do século, os trabalhos de Barros Gomes, de quem já falámos, e de Silva Teles concretizam o que se pode chamar de primeira síntese de conjunto das diversidades ecológicas do país. Apoiaram-se em inquéritos desenvolvidos durante a segunda metade do século XIX sobre a população, a geografia, as florestas — tendo recebido a contribuição de investigadores estrangeiros, especialmente franceses e alemães.

No princípio do século, os trabalhos de H. Lautensach, apesar da sua importância, permaneceram quase desconhecidos até Orlando Ribeiro lhes devolver o relevo que mereciam<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> Monteiro Alves, «O conceito florestal de uso múltiplo sob uma óptica de desenvolvimento económico», in *Agros*, 2, 1963, e também *Recursos Naturais e Limites de Crescimento: Uma Agricultura Sustentável*, Açores, 1991.

<sup>33</sup> Sobre tudo ao nível da acção política, da produção legislativa e da intervenção directa no território. Voltaremos ao assunto. Entre outros intervenientes, destacamos Ribeiro Telles e Sousa da Câmara.

<sup>34</sup> Para aprofundar a história da arquitectura paisagista em Portugal, v. F. Caldeira Cabral, *Fundamentos da Arquitectura Paisagística*, Lisboa, ICN, 1993.

Refira-se ainda que F. Caldeira Cabral, agrónomo e posteriormente diplomado em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Berlim, fundou em 1941 um curso de Arquitectura Paisagista no ISA com estatuto «experimental». Mais tarde, em 1953, criaria o Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista também no ISA.

Contudo, só em 1981 se conseguiria obter uma licenciatura oficial de Arquitectura Paisagista. Sobre os «50 anos de ensino de arquitectura paisagista», v. *Revista Agros — Comemorações*, ano LXXIV, n.º 1, número especial, Lisboa, 1992.

<sup>35</sup> V. *Geografia de Portugal* de O. Ribeiro, H. Lautensach, com comentários, e actualização de Suzanne Daveau, 4 vols., Lisboa, 1991.

A geografia humana, em Coimbra, com Amorim Girão<sup>36</sup>, mas sobretudo com Orlando Ribeiro, tornou-se o ponto de encontro das ciências humanas, especialmente da filologia e da etnologia, de que Leite de Vasconcellos, até aos anos 40, permanecerá como modelo.

Os trabalhos de Amorim Girão, pela importância que concediam aos factores hidrológicos na explicação da paisagem, deram uma contribuição importante ao conhecimento proto-ecológico do país. Mas foi verdadeiramente Orlando Ribeiro, sobretudo até aos anos 60, com a sua geografia humana portadora de uma ampla perspectiva sintética, quem fundou aquilo que pode designar-se, talvez, como a base mais segura dos saberes ecológicos em Portugal.

As monografias publicadas por diversos autores no quadro do Congresso de Geografia de 1949 são, ainda hoje, documentos notáveis sobre as realidades regionais<sup>37</sup>.

O papel fundamental de Orlando Ribeiro foi o de defender e tornar operatórios os conceitos de «meio geográfico» e «região geográfica» — conceitos que integram as diferentes dimensões físicas e humanas, indo da geomorfologia aos traços culturais das populações. Tudo isto associado ao esforço de leitura e interpretação da diversidade das paisagens. A obra de Orlando Ribeiro é portanto uma das referências mais fundamentais quando se pensa nos trabalhos verdadeiramente precursores dos estudos ambientais.

No Centro de Estudos Geográficos (fundado nos anos 40) têm-se elaborado trabalhos de pesquisa<sup>38</sup> que é preciso, em absoluto, ter presentes na reflexão sobre o ambiente<sup>39</sup>.

A partir dos anos 70, a presença dos geógrafos em matéria de ordenamento do território torna-se também importante, tanto no domínio da produção teórica como na prática profissional<sup>40</sup>. É também nos anos 70 que uma perspectiva sistémica na área dos estudos biogeográficos e ambientais se desenvolve<sup>41</sup>, permanecendo não obstante uma iniciativa praticamente isolada.

---

<sup>36</sup> *Geografia de Portugal*, Porto, Portucalense Ed., 1941.

<sup>37</sup> Citemos Mariano Feio, com o seu texto *Le Bas-Alentejo et l'Algarve, Le Portugal central*, de Orlando Ribeiro, o texto *Le Minho, Trás-os-Montes et Haut Douro*, cujo autor é Jorge Dias (reafirmando uma convergência entre os geógrafos e os antropólogos que não pode deixar de ser sublinhada), e ainda Virgínia Rau e G. Zbyzewsky, *Estremadura et Ribatejo*, Livrets Guides de l'Excursion A, B, C e D, respectivamente, Lisboa, 1949.

<sup>38</sup> Com autores como Raquel Soeiro de Brito, Henrique Tenreiro, Ilídio do Amaral e os discípulos mais jovens de Orlando Ribeiro, como Carlos Alberto Medeiros e Carminda Cavaco, entre outros.

<sup>39</sup> Para saber mais no que respeita à evolução da geografia, v. Ilídio Amaral, *Livro-Guia do Curso de Geografia*, Lisboa, CEG, 1973-1974 (Pol.), e também J. Gaspar, «Portuguese human geography: from origins to recent development», in *Progress in Human Geography*, vol. 9, n.º 3, 1985.

<sup>40</sup> Associada ao desenvolvimento da «nova geografia», cuja difusão em Portugal se deve, sobretudo, a Jorge Gaspar.

<sup>41</sup> Com M. Eugénia Moreira.

A contribuição dada pela antropologia aos estudos do ambiente é também importante. O discurso científico dos *antropólogos* e dos *etnólogos* tinha, de resto, raízes antigas e profundas na tradição intelectual portuguesa<sup>42</sup>.

Com a escola romântica e a sua recollecção de elementos da tradição oral portuguesa, os camponeses viram atribuir-lhes o papel de guardiães dos valores culturais do país. Deste modo, é sobre o rural que incidem os trabalhos pioneiros da pesquisa etnográfica.

Toda esta tradição romântica e naturalista, muitas vezes inspirada no positivismo, ecoou em nomes tais como os de Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho e Rocha Peixoto. Nos seus trabalhos pode encontrar-se a construção, através do saber popular, do conhecimento das relações entre os homens e as significações do mundo natural — lendas e contos populares, mitologias, ritos e celebrações — recolhidos da tradição oral, mas também da observação directa da vida de um campesinato tributário dos modelos do antigo regime<sup>43</sup>.

Esta perspectiva encontra-se no sincretismo classificatório de Leite de Vasconcellos<sup>44</sup>, que estimulou o aparecimento das etnografias regionais, sendo entretanto um pilar da construção filológico-cultural da antropologia.

Depois de Leite de Vasconcellos — no tempo em que a geografia e a filologia ombreavam com a etnologia — alguns investigadores portugueses aprofundaram o conhecimento das relações entre o meio físico, as tecnologias agrárias e a cultura popular em Portugal. Falamos de Jorge Dias, e também de Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano, todos membros do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (fundado igualmente nos anos 40) e que se transformou mais tarde no Centro de Estudos de Etnologia. É a esta equipa que se devem trabalhos que, de um modo mais ou menos sistemático e à escala nacional, apreenderam a importância das diversidades, a profusão dos detalhes e o profundo significado antropológico dos quadros de vida do mundo rural<sup>45</sup>.

<sup>42</sup> Estas remontam ao período de Pombal. É, aliás, bem conhecido um relato da viagem do alemão Heinrich Ling sobre o Portugal do fim do século XVIII.

<sup>43</sup> Faça-se aqui uma referência a um outro domínio dos saberes que, em Portugal, ocupa uma dimensão importante no conhecimento da cultura rural e camponesa. Trata-se de toda a tradição literária e artística que, desde o realismo naturalista do século XIX aos escritores regionalistas do século XX, muito contribuiu para a afirmação de uma cultura onde o mundo rural constitui o motivo central. Podemos falar de nomes como Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, bem como Aquilino Ribeiro, Alves Redol, Ferreira de Castro, Miguel Torga, na literatura; de Silva Porto e Henrique Pousão, na pintura; de Raul Lino, na arquitectura; sem esquecer aquele que tomou o mundo rural como fundamento da sua filosofia: Teixeira de Pascoas.

<sup>44</sup> J. Leite de Vasconcellos, *A Etnografia Portuguesa*, 7 vols., ed. Imprensa Nacional, 1933/1982, em grande parte organizados e editados por M. Viegas Guerreiro.

<sup>45</sup> Para uma documentação mais completa sobre a evolução da antropologia em Portugal, v., entre outros, C. Callier Boisvert, «La vie rurale au Portugal: les travaux en langue portugaise», in *Études rurales*, n.º 27, 1967, E. Veiga de Oliveira e B. Pereira, *Centro de Estudos de Etnologia*, CEE, ed. dos 40 anos, 1986, J. F. Branco, «Cultura ou ciência: da constituição do discurso antropológico à institucionalização da disciplina», in *Ler*, n.º 8, Lisboa, 1986, e J. Pina Cabral, *Contextos de Antropologia*, Lisboa, Ed. Difel, 1991.

Se o conceito de cultura como mediadora das relações sociais e paradigma fundamental da antropologia cultural tinha o mundo rural como objecto privilegiado na sua dimensão mais naturalista, a antropologia de Jorge Dias tinha também, como elemento explicativo essencial, a cultura material dos camponeses no quadro geográfico proposto por Orlando Ribeiro. Jorge Dias, considerado como o principal «obreiro» da antropologia do século xx em Portugal, permanece ainda ligado aos códigos do mundo rural nas monografias sobre o comunitarismo camponês, em obras também já consideradas clássicas.

A renovação dos estudos antropológicos, anunciada durante os anos 60 por investigadores com outras proveniências<sup>46</sup>, vai no sentido de dar uma maior atenção às relações sociais em detrimento, pode dizer-se, das relações natureza/sociedade — tema que se manterá, contudo, presente nas pesquisas de história agrária.

No notável surto de trabalhos antropológicos ocorrido em Portugal depois da revolução de 1974, o ponto de vista ecológico permanece bastante secundário<sup>47</sup> — sendo, no entanto, referenciável em trabalhos que incidem sobre as comunidades de montanha<sup>48</sup>. De qualquer modo, as pesquisas de antropologia social realizadas entre nós sobre as comunidades rurais dedicam, em geral, alguma importância ao meio natural na estruturação das relações sociais<sup>49</sup>.

Do que dissemos resulta uma extrema dificuldade em avaliar a importância da antropologia social no conhecimento das questões ecológicas: presentes um pouco por todo o lado, não são quase nunca o seu tema principal. Pode dizer-se, porém, que constituem um *corpus* significativo para o conhecimento aprofundado do *ambiente*, conceito essencialmente ambíguo, que procura o seu território entre as ciências físicas e biológicas e as ciências sociais e humanas.

## 2. A QUESTÃO DO AMBIENTE: QUADRO LEGAL INSTITUCIONAL, PRÁTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

O modo como o ambiente foi ocupando a legislação portuguesa, bem como as estruturas institucionais que o enquadram, permitem avaliar a instalação das políticas ambientais entre nós. Numa evolução lenta e tímida que só se consolida sob a pressão das directivas comunitárias, destacámos três momentos legislativos cruciais: a consagração constitucional do ambiente como direito fundamental (1976);

<sup>46</sup> C. Callier Boisvert, Joyce Riegelhaupt e J. Cutileiro, entre outros.

<sup>47</sup> Só mais tarde se retomarão alguns ensaios dispersos de antropologia ecológica com Gomes Guerreiro na Universidade do Algarve e com J. Portela na Universidade de Trás-os-Montes.

<sup>48</sup> M. Viegas Guerreiro, 1982; Bryan J. O'Neill, *Propriedades, Lavradores e Jornalheiros. Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, ed. D. Quixote, Lisboa, 1984, e J. Pais de Brito, *A Aldeia, as Casas: Organização Comunitária e Reprodução Social Numa Aldeia Transmontana (Rio de Onor)*, Lisboa, 1984.

<sup>49</sup> V. também J. Sobral, *Produção e Reprodução da Sociedade — Família, Propriedade e Estrutura Social — Numa Freguesia Rural Beirã*, ISCTE, Lisboa, 1993, e C. Bastos, *Os Montes do Nordeste Algarvio*, ed. Cosmos, Lisboa, 1993.

a aprovação das leis estruturantes sobre ambiente, como a Lei de Bases (1987); o fim do prazo europeu para a efectiva adaptação das directivas (anos 90).

Neste quadro institucional e legal tentámos ainda referenciar, muito brevemente, o aparecimento dos movimentos ecologistas, que se concretizam, ora em movimentos de opinião/acção (os movimentos e as associações de defesa do ambiente), ora em organizações políticas (os partidos políticos), bem como alguns dos principais problemas ambientais que o país hoje vive e que já se reflectem nas preocupações dos Portugueses.

*2.1. Historicamente, as coisas foram efectivamente mudando.* Esperar-se-ia, talvez, que no quadro do corporativismo português, dominado durante muito tempo por uma ideologia ruralista tributária de uma tradição marcada por valores da sociedade rural e caracterizada por um movimento tardio de industrialização, a preservação da natureza tivesse ocorrido de uma maneira «natural».

Sabe-se hoje que a natureza não saiu incólume do Estado Novo.

Aí estão os estigmas de uma sociedade fortemente dualista, com manchas de desenvolvimento/subdesenvolvimento desigualmente repartidas pelo território; aí está um *take off* industrial marcado por grandes empreendimentos em áreas tais como a pasta de papel e as indústrias químicas; aí está a emigração, com o abandono dos campos e a transformação dos sistemas de produção agrários tradicionais; aí está a florestação (primeiro o pinheiro, depois o eucalipto), rompendo o equilíbrio dos ecossistemas; aí estão as antigas consequências da campanha do trigo de 1929, com os seus campos erodidos e improdutos; aí está uma agricultura dominada, não obstante desigualmente atingida por pólos tecnológicos desenvolvidos, com a sua carga de efeitos poluentes: a motomecanização agrícola e florestal, a intensificação de sistemas produtivos de hortofrutícolas e industriais, o desenvolvimento fomentado de actividades pecuárias sem terra...

A consciência cívica e política dos efeitos deste desenvolvimento, desacompanhado de protecção ambiental, não era grande e os problemas foram-se agravando.

Nas vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, o diagnóstico da questão ambiental estava inteiramente por fazer.

A verdade é que, depois de 1974, a abertura democrática no período pós-revolucionário não evitou a persistente degradação do quadro paisagístico e natural, antes a agravou — no contexto de «anti-regra» que entretanto se instalou. Foi a proliferação das construções clandestinas aglomeradas ou dispersas, o incremento da indústria da construção civil, cujas componentes (extração de areias, manufactura de cerâmicas, etc.) não foram acauteladas na sua vertente ambiental; o desenvolvimento «selvagem» do turismo e a permanência ou o surgimento não planeado de indústrias poluentes, grandes e pequenas, sem exigências de protecção ambiental; a acumulação anárquica dos resíduos tóxicos e sólidos urbanos no solo e na paisagem.

Só a partir de meados dos anos 80 é que os poderes públicos «acordaram» para a questão ambiental. O agravamento desta começou também a ser sentido em virtude

de novas ameaças: a crise da energia apelando ao nuclear<sup>50</sup>, as consequências da eucaliptização alargada, a delapidação do património cinegético e natural.

Com a adesão à Comunidade Europeia forçou-se, de algum modo, a consciencialização do ambiente no foro legal e institucional e um pouco na vida dos cidadãos. Mas, paradoxalmente, o desenvolvimento rápido que os fundos comunitários acarretaram também não ajudou: novas fontes poluentes, implicando novas agressões à vida das populações e aos equilíbrios naturais, foram surgindo. Mas a legislação adensou-se e a consciência ambiental cresceu.

Vejamos um pouco melhor, reflectindo sobre as várias etapas.

a) A criação, em 1971, da Comissão Nacional do Ambiente (CNA) constitui a primeira manifestação das *preocupações políticas* sobre o ambiente, resultado directo, aliás, da preparação da já referida Conferência de Estocolmo (1972). A CNA elaborou estudos sobre o estado do ambiente, apresentando o primeiro «relatório nacional sobre os problemas do ambiente»<sup>51</sup>.

Noutro contexto institucional, o do Ministério da Agricultura, e traduzindo também novas preocupações, criou-se em 1971 o Parque Nacional da Peneda-Gerês, único no género em Portugal e o primeiro «espaço protegido» na estratégia de conservação da natureza, que havia sido esboçada em 1970<sup>52</sup>.

De resto, à excepção de algumas iniciativas legislativas pontuais ligadas sobretudo à poluição marítima e das praias e à protecção das águas públicas no início da década<sup>53</sup>, só depois de 1974, com a criação de uma estrutura governamental — a Secretaria de Estado do Ambiente<sup>54</sup> —, surge um conjunto de regulamentos e decretos mais consistentes.

<sup>50</sup> Em 1983-1984 a opção sobre o nuclear voltou a ser objecto de grande debate público no âmbito do estabelecimento do Plano Energético Nacional (PEN/84). Só em 1985 foi definitivamente arredada pela alternativa do gás natural e do carvão [v. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), *Conferência sobre Política Energética em Debate*, prefácio de Sidónio Paes, Lisboa, IED, caderno n.º 13, Lisboa, 1986].

<sup>51</sup> A CNA foi criada em 1971 no âmbito da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), tendo-se posteriormente autonomizado.

<sup>52</sup> A primeira legislação que define um regime de protecção à natureza data de 1970 — Lei n.º 9/70; um ano depois seria criado o Parque Nacional da Peneda-Gerês pelo Decreto-Lei n.º 187/71.

<sup>53</sup> Decreto-Lei n.º 90/71, de 22 de Março — poluição das águas do mar, praias e margens — e Decreto-Lei n.º 502/71, de 18 de Novembro — zonas de protecção às albufeiras de águas públicas.

<sup>54</sup> A primeira pasta governamental específica para o ambiente surge no pós-revolução, em 1974, integrada no âmbito do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente e tendo como dirigente o arquitecto Ribeiro Telles, que esteve na génese da criação da Secretaria de Estado do Ambiente, em 1975. Mais tarde, entre 1979 e 1985, a SEA passou a integrar o Ministério da Qualidade de Vida, passando, a partir de 1985, para o recém-criado Ministério do Plano e da Administração do Território e a chamar-se SEARN — Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais. A nova alteração deste estatuto surgirá em 1990, com a criação do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN), que, por sua vez, passou a integrar duas secretarias de Estado: a do Ambiente e Defesa do Consumidor e a do Ambiente e Recursos Naturais. Em 1993, a regulamentação da lei-quadro do MARN passou a integrar uma única Secretaria-Geral e uma Direcção-Geral do Ambiente; descentralizou a gestão dos recursos hídricos em cinco direcções regionais e passou a ter cinco institutos sob a sua tutela: Institutos da Água, de Meteorologia e Geofísica, da Conservação da Natureza, de Promoção Ambiental e do Consumidor.

No âmbito da Secretaria de Estado do Ambiente, sob a égide do arquitecto Ribeiro Telles, tomaram-se então as primeiras iniciativas legislativas e administrativas estruturantes de uma política de conservação da natureza articulada com o ordenamento do território.

Inscritos numa atitude claramente conservacionista, os objectivos destas medidas vão no sentido de regular e disciplinar a actividade humana sobre a paisagem, defendendo bolsas de preservação obrigatória da natureza e determinados valores naturais (fauna, flora)<sup>55</sup>. Em 1975 cria-se o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagista (cuja designação passou a ser Instituto da Conservação da Natureza, em 1993); uns meses depois, já em 1976, um decreto-lei promulgou um novo regime de protecção da natureza, criando a rede nacional de áreas protegidas, que abrangem actualmente cerca de 6% do território continental<sup>56</sup>.

Podemos dizer que o *primeiro grande momento legislativo* sobre o ambiente nasceu com a Constituição da República Portuguesa, em 1976, que (nos seus artigos 9.º e 66.º) consagra o direito ao ambiente como um direito fundamental — integrado no âmbito dos direitos, liberdades e garantias — e estabelece deveres do Estado na protecção ambiental (sua prevenção, controle e promoção), fazendo ainda a ligação entre o ordenamento do território e as questões ambientais<sup>57</sup>.

<sup>55</sup> Vejam-se, por exemplo, o decreto-lei que regulamenta a ampliação ou localização dos depósitos de detritos (ferro-velho, lixos, entulhos) no solo e na paisagem (Decreto-Lei n.º 343/75); o decreto que repõe a especificidade do Parque de Monsanto como espaço verde, retirando-lhe a possibilidade de ser ocupado para outros fins (Decreto-Lei n.º 380/74); o início da criação das reservas naturais com o Sapal de Castro Marim (Março de 1975), reserva paisagística de Almada (Maio de 1975), Parque Natural da Serra da Estrela (Julho de 1976). No caso específico da fauna alguns decretos estabelecem zonas de protecção para a «dormida» dos pombos-bravos (Portaria n.º 391/75) e para as aves migratórias (Portaria n.º 589/75); e sobre a flora surgem medidas gerais de protecção do relevo natural, solos e revestimento vegetal (Decreto-Lei n.º 357/75) e também especificamente do abate de azinheiras (Decreto-Lei n.º 14/77) e protecção do montado de sobreiro (Decreto-Lei n.º 221/78).

Para uma informação detalhada sobre a evolução da legislação em matéria de ambiente, consultem-se, entre outras, as seguintes obras: AMBIFORUM, *LEXAMB*, vários autores, Centro de Estudos Ambientais, L.<sup>da</sup>, AMBIFORUM, Lisboa, 1992; R. Falcão de Campos, *Legislação Portuguesa em Vigor sobre Protecção do Ambiente e dos Recursos Naturais*, actualizada a 30-6-1986, col. «Notas Técnicas», SEARN, Lisboa, 1987, e J. Pereira Reis, *Lei de Bases do Ambiente — Anotada e Comentada*, Almedina, Coimbra, 1992.

<sup>56</sup> O Decreto-Lei n.º 613/76 cria um novo regime alargado e consolidado da protecção da natureza, revogando a Lei n.º 9/70. Até 1982 foram criados mais de 20 parques e reservas naturais, paisagens protegidas e sítios classificados. Em 1993 um novo decreto veio, finalmente, estabelecer as normas relativas à rede nacional de áreas protegidas, arrumando-as em parque nacional, reserva natural, parque natural ou monumento natural, paisagens protegidas de interesse regional ou local. Actualmente existem cerca de 40 áreas classificadas segundo este novo regime.

<sup>57</sup> No artigo 9.º da CRP define-se como tarefa fundamental do Estado «proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território». No artigo 66.º reconhece-se «a todos o direito a um ambiente humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender», atribuindo responsabilidades específicas ao Estado, mas também à sociedade civil e a cada cidadão nessa defesa. O artigo 52.º permite ao cidadão exercer o «direito de petição» e o «direito de acção popular» nas questões ambientais.

V., a este propósito, *O Acesso à Informação e Participação em Matéria de Ambiente*, de M. A. Lopes e P. Gaspar, col. «Notas Técnicas», Instituto de Promoção Ambiental, Lisboa, 1993.

Para além da protecção da natureza, a legislação portuguesa quase não se ocupa de outras questões ambientais nesta fase, o que reflecte também os limitados poderes atribuídos à Secretaria de Estado do Ambiente. Por exemplo, no início dos anos 80, alguns diplomas anunciam uma certa preocupação no que respeita à poluição atmosférica, com a formação de grupos de trabalho para fazer o levantamento da situação (1980), com a criação das comissões de gestão do ar (1981), com a aprovação de normas para medição de poluentes (1982), etc. Contudo, só nos anos 90 a poluição do ar seria eficazmente regulamentada<sup>58</sup>.

Verifica-se ainda uma preocupação pontual com a área afectada ao Gabinete da Área de Sines, que estimula alguma legislação específica e pouco mais. Os incêndios — sua prevenção e detecção — são também objecto de preocupação legislativa em 1980-1981, mas os resíduos sólidos só em 1985 veriam regulamentado o seu destino.

Já no que respeita à definição das políticas nacionais do ordenamento da paisagem e do território, 1982-1983 foram anos-chave, com a criação das Reservas Nacionais Agrícola e Ecológica<sup>59</sup> e a obrigatoriedade de elaboração dos planos regionais e locais — os PROT (planos regionais de ordenamento do território) e os PDM (planos directores municipais)<sup>60</sup>. A intenção destes instrumentos já não seria tanto uma perspectiva conservacionista, mas sim a dinamização programada do território, otimizando os seus usos e recursos consoante as suas vocações específicas.

<sup>58</sup> O Decreto-Lei n.º 255/80 atribui competências à então Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente para fixar normas sobre os limites de concentração à superfície e de emissão de poluentes atmosféricos, definindo as cinco áreas mais problemáticas do país em termos de concentração industrial e/ou urbana: Sines, Lisboa, Barreiro-Seixal, Porto, Estarreja, para as quais prevê a criação de uma comissão de gestão do ar. Estas seriam regulamentadas um ano depois (Decreto-Lei n.º 508/81). Contudo, só em 1990 sai a lei que regula a qualidade do ar de acordo com as regras comunitárias (Decreto-Lei n.º 352/90), sendo que a portaria que estabelece os valores-limites das emissões surge apenas em 1993 (Portaria n.º 286/93).

<sup>59</sup> A RAN, Reserva Agrícola Nacional, que corresponde actualmente a 12% do território definido como solo de vocação essencialmente agrícola de categoria A, foi criada em 1982 (Decreto-Lei n.º 451/82), mas regulamentada apenas em 1989 (Decreto-Lei n.º 196/89). Em 1992 o Decreto-Lei n.º 274/92 viria abrir a possibilidade de ocupar a RAN com arborizações de crescimento rápido e com campos de golfe. A sua aplicação depende do Ministério da Agricultura.

A REN, Reserva Ecológica Nacional, cujo objectivo é garantir a preservação das zonas ecologicamente sensíveis, foi criada em 1983 (Decreto-Lei n.º 321/83) mas «definida transitoriamente» apenas em 1990 e regulamentada em 1992 (Decreto-Lei n.º 213/92), data em que passou da competência do Ministério do Plano e da Administração do Território para o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais; actualmente está a ser demarcada nos planos directores municipais em sistema de *patchwork* — cada município seu bocadinho, sem a continuidade inerente à própria definição do conceito.

<sup>60</sup> PROT e PDM — criadas as figuras jurídicas na Lei n.º 79/77 e regulamentadas em 1982 e 1983 (Decretos-Leis n.ºs 208/82 e 338/83), só em 1990 se decretam sanções para a sua não realização (Decretos-Leis n.ºs 367/90 e 69/90). Actualmente, o decreto-lei que está em vigor para os PDM é o 211/92.

A elaboração dos PROT é da competência do Ministério do Plano e da Administração do Território e a dos PDM pertence às câmaras municipais.



No entanto, também neste caso será apenas no princípio dos anos 90 que todas estas leis e instrumentos de ordenamento do território, a que se juntam ainda os recentes POOC (planos de ordenamento da orla costeira)<sup>61</sup>, conhecerão verdadeira regulamentação. Na sua ausência, pode dizer-se que o único plano que actuou de modo estruturante e definitivo no ordenamento do território terá sido o da rede rodoviária nacional, financiada em grande parte pelos fundos europeus e quase totalmente construída à revelia dos critérios ambientais... Os estudos de impacto ambiental da maioria das estradas construídas, que passaram a ser legalmente exigidos a partir de 1990, cujo objectivo é avaliar previamente os efeitos dos diversos projectos para ajudar à tomada de decisão na escolha da melhor alternativa, foram quase sempre feitos *a posteriori*, numa perspectiva de mero remedeio dos impactos<sup>62</sup>.

Do ponto de vista político, ainda que o ambiente, depois de 1974, tenha estado sempre presente nas estruturas da administração, as flutuações contínuas dos responsáveis políticos não permitiram que se definisse uma estratégia coerente de acção sobre o ambiente e muito menos a definição de uma política de ambiente.

No quadro institucional, a Secretaria de Estado do Ambiente vai passando por diversas tutelas ministeriais e só quando, em 1985, passa a integrar-se no Ministério do Plano e da Administração do Território vê os seus orçamentos e poderes alargados, passando, por exemplo, a gerir o importante sector dos recursos hídricos, até aí dependente do Ministério da Agricultura e Pescas.

b) É no final dos anos 80, após a adesão à CE (1986) e o Ano Internacional do Ambiente (1987), que situamos o *segundo grande momento de produção legislativa* sobre o ambiente em Portugal, com normas fundamentais, como a Lei das Associações de Defesa do Ambiente e, sobretudo, a Lei de Bases do Ambiente<sup>63</sup> e consequente criação do INAMB — Instituto Nacional do Ambiente, actual IPAMB — Instituto de Promoção Ambiental<sup>64</sup>. Trata-se de legislação que, adoptando um

---

<sup>61</sup> O regime dos POOC estabelece-se em Setembro de 1993 (Decreto-Lei n.º 309/93), definindo regras em relação a toda a orla costeira, incluindo as praias, o domínio público marítimo e uma faixa de protecção terrestre com uma largura de 500 m. Deverão concluir-se no prazo de dois anos e são da competência do MARN.

<sup>62</sup> Casos do troço da auto-estrada do Norte Torres Novas-Fátima, da auto-estrada do Estoril e da Via do Infante, chegando este último caso a ser levado ao Tribunal Europeu.

<sup>63</sup> Lei n.º 10/87 e Lei n.º 11/87, respectivamente. A lei das associações de defesa do ambiente estabelece o direito de participação, intervenção, consulta, de prevenção e controle, deveres de colaboração e ainda direito de antena das associações. A Lei de Bases do Ambiente, além dos princípios e objectivos, fornece o quadro completo para uma política ambiental, definindo os componentes ambientais naturais (ar, luz, água, solo vivo e subsolo, flora e fauna), os componentes ambientais humanos (paisagem, património natural e construído, poluição); os instrumentos da política de ambiente (estratégia da conservação da natureza, estudos de impacto ambiental); o licenciamento e situações de emergência; os organismos responsáveis; os direitos e deveres dos cidadãos, bem como as penalizações.

Para uma abordagem crítica a estas duas leis, v. Soveral Martins, *Ambiente e Associações de Defesa*, Fora do Texto, Coimbra, 1988.

<sup>64</sup> Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), cujos objectivos são apoiar a actividade das ADAs (associações de defesa do ambiente), mas também promover iniciativas de educação ambiental, desenvolver acções de informação, documentação e divulgação, apoiar publicações sobre ambiente, estimular os cidadãos a participar nos processos de decisão e até dar resposta às questões por eles levantadas (v. M. A. Lopes e P. Gaspar, *op cit.*).

conceito de ambiente ampliado, das suas dimensões física, química e biológica às dimensões económicas, sociais e culturais, veio estabelecer os princípios, definições e instrumentos prévios para a configuração de uma verdadeira política ambiental abrangente e integrante<sup>65</sup>.

No que respeita à gestão e poluição da água e do ar, ao licenciamento industrial, à protecção da Natureza, aos resíduos, à defesa do litoral, ao urbanismo e ordenamento do território, sucedem-se os diplomas resultantes destas leis, que vieram, no entanto, a ser aprovados e/ou regulamentados mais tarde, apenas na década de 90, não estando, ainda hoje, a Lei de Bases totalmente regulamentada. Entre 1987 e 1992 foram publicados quase 80 diplomas<sup>66</sup> que irão influenciar, directa ou indirectamente, a gestão dos recursos naturais e a protecção do ambiente<sup>67</sup>, respondendo assim também ao agravamento dos problemas ambientais, que se tornavam progressivamente mais visíveis e cientificamente documentáveis.

Os relatórios sobre o estado do ambiente, que começaram a ser elaborados, a partir de 1987, apesar de incipientes, apontavam já para alguns índices de poluição inquietantes. Alguns estudos encomendados ou feitos pelo Estado revelaram dados específicos sobre certos sectores: o destino dos resíduos tóxicos e perigosos (85% deitados directamente ao solo), a clandestinidade de cerca de metade das indústrias instaladas e respectivas descargas ilegais. Factos que o *Livro Branco sobre o Ambiente em Portugal*, no balanço do triénio 1987-1990, diagnostica de uma forma mais sistematizada, apontando a urgência das terapêuticas<sup>68</sup>.

c) O terceiro momento legislativo ambiental importante situa-se assim nos anos 90, pela grande proliferação de decretos e adaptação das directivas europeias, mas também pelos indícios que se desenham de uma passagem das intenções genéricas a algumas medidas obrigatórias: são os contratos-programa estabelecidos pelo Estado com as empresas de celulose e com as centrais térmicas, visando a sua adaptação aos limites de poluição comunitários; são os prazos-limite estabelecidos para a aprovação dos planos directores municipais; é a possibilidade de conversão

---

<sup>65</sup> Conceito de ambiente adoptado na Lei de Bases n.º 11/87: «Ambiente é o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem.» (Soveral Martins, *op. cit.*)

<sup>66</sup> Melo e Pimenta, *Ecologia*, col. *O Que É*, Lisboa, Difusão Cultural, 1993.

<sup>67</sup> Para citar os diplomas legais mais importantes temos, por ordem cronológica, o Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 271/87), os decretos que dão um novo enquadramento legal à RAN (Decreto-Lei n.º 196/89), os decretos que estabelecem a qualidade das águas (Decreto-Lei n.º 74/90) e do ar (Decreto-Lei n.º 352/90). Em conexão com a directiva comunitária n.º 337/85, o Decreto-Lei n.º 186/90 enquadra a avaliação dos impactos ambientais. Muito importantes também são as disposições legais que regem a gestão urbanística do litoral (Decreto-Lei n.º 302/90), a exploração dos recursos do subsolo (Decretos-Leis n.ºs 88, 89 e 90/90), o licenciamento das obras de construção civil (Decreto-Lei n.º 448/91) e o exercício da actividade industrial (Decreto-Lei n.º 109/91).

<sup>68</sup> *Livro Branco sobre o Ambiente em Portugal*, Lisboa, MARN, 1991. Como visão de conjunto da avaliação/evolução dos diversos sectores ambientais, v. também L. Schmidt, *O Verde Preto no Branco*, Lisboa, Gradiva, 1993.

em crime dos atentados contra a natureza, prevista no novo Código Penal de 1993. Tudo ainda por cumprir, mas, de qualquer forma, indiciador de que algo tenderá a mudar.

É em 1990 que nasce o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, a que uma reestruturação governamental, levada a cabo em 1991, atribuiria novas competências em domínios importantes — a gestão do litoral e a caça nas áreas protegidas. A lei-quadro do ministério foi apenas regulamentada em 1993, sendo a sua maior novidade, se não a única, a política de descentralização no que respeita à gestão dos recursos hídricos<sup>69</sup>.

De quanto dissemos parece assim constatar-se que, no que respeita à legislação, apesar das diversas iniciativas tomadas ao longo dos anos 70 e 80, o ambiente teve de esperar muito tempo antes de ver regulamentados os seus diplomas fundamentais. Se se assistiu em Portugal à produção de uma legislação progressivamente mais densa, a sua aplicação foi sendo sempre protelada, continuando ainda hoje a sê-lo. As estruturas do Estado responsáveis pelo controle, análise, inspecção e fiscalização das questões ambientais têm sido, a este propósito, particularmente ineficazes, situação esta agravada pelas dificuldades inerentes ao sistema judiciário, de cujo bom funcionamento depende, em grande parte, a eficaz aplicação da lei<sup>70</sup>.

Se bem que a nível institucional se tenha consagrado o ambiente na criação de um ministério e este tome medidas legislativas e regulamentares, o seu poder de intervenção ao nível das outras instâncias governamentais tem sido quase nulo. Há, evidentemente, acordos e articulações funcionais estabelecidos, mas são vários os factos que nos mostram que o processo de desenvolvimento que o país tem vivido não tem sido conduzido com preocupações ambientais específicas. Por exemplo, em matéria de avaliação do impacto ambiental, o ministério não tem capacidade interventiva na «decisão» final, reduzindo-se a um papel essencialmente consultivo. De igual modo, persiste um divórcio entre a política de ordenamento do território e a política ambiental. Para já não falar na forma como as políticas industriais e de obras públicas têm sido conduzidas à revelia da política ambiental — que pouco peso tem na definição das políticas sectoriais —, afastando-se assim do modelo de transversalidade em que deveria funcionar.

A própria aplicação dos fundos estruturais europeus tem, paradoxalmente, ampliado os problemas ambientais. Apesar da modernização provocada pelos fundos comunitários e dos investimentos públicos ou privados que se puderam realizar nos diferentes sectores da economia, a falta de avaliação e de fiscalização dos respectivos efeitos fez-se em detrimento da qualidade ambiental. Mesmo que a UE nos

<sup>69</sup> A lei-quadro mudaria apenas as designações de alguns serviços: por exemplo, o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza passou a chamar-se Instituto de Conservação da Natureza; o Instituto Nacional do Ambiente, Instituto de Promoção Ambiental, etc. A única mudança de peso foi a dissolução da Secretaria de Estado dos Recursos Naturais, que se substituiu pelo Instituto da Água, centralizado em Lisboa, e cinco Direcções Regionais do Ambiente e Recursos Naturais, respectivamente Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

<sup>70</sup> V. *Livro Branco sobre o Ambiente em Portugal — Anexos*, MARN, Lisboa, Abril de 1991.

Até agora, apenas sete casos de justiça ambiental estiveram presentes nos nossos tribunais «É proibido poluir», in *Público* de 5-6-1993).

tenha trazido de facto uma nova exigência ao nível das leis ambientais, não conseguiu nem remediar males antigos, nem alterar as atitudes dos agentes sociais e da própria Administração a este respeito. O resultado é que a aplicação descuidada dos fundos comunitários tem contribuído, indirectamente, para o aumento dos índices nacionais de degradação ambiental<sup>71</sup>.

Uma análise detalhada feita a partir dos dados do «Economic Survey 1991-1992» da OCDE permite concluir que o aumento do PIB português «está a ser conseguido, comparativamente com a média dos outros países da UE ou da OCDE, com um maior desperdício de energia (tanto na produção como nos transportes), com uma mais acentuada pressão sobre os recursos e matérias-primas e com uma produção superior de resíduos sólidos, urbanos e industriais»<sup>72</sup>.

Em suma, vemos assim que em Portugal, num plano estritamente formal, estão criadas as condições institucionais que configuram uma política ambiental: a consagração constitucional do direito ao ambiente, o conjunto da legislação fundamental que o enquadra, um ministério específico, a elaboração de relatórios periódicos sobre o estado do ambiente e a criação do IPAMB — instituição central que articula as acções oficiais à sociedade civil, através de informação, sensibilização, mobilização<sup>73</sup>.

Contudo, ao contrário do que seria de esperar, alguns indicadores mostram que o ambiente se tem degradado progressivamente perante uma sociedade civil algo inerte. Ou seja, a uma mais atenta preocupação reflectida dos meios institucionais não tem correspondido a melhoria da qualidade ambiental, o que significa que os instrumentos legais e institucionais não chegam para a efectivação de uma política de ambiente.

O arranque de uma política de ambiente passará também necessariamente por outros factores: a transversalidade das questões ambientais no conjunto do elenco governamental, de modo que o ambiente funcione como base estruturante das políticas sectoriais; a modernização das estruturas produtivas, de modo que a expansão económica se faça sem custos ambientais ampliados<sup>74</sup>; uma acção empenhada e participada da sociedade civil, de cujo amadurecimento depende o sucesso de uma grande parte das medidas ambientais adoptadas.

<sup>71</sup> Sobre os indicadores que demonstram a degradação ambiental nacional, v., entre outros, o *Livro Branco sobre o Ambiente*, 1990, V. Soromenho-Marques, «Política de ambiente e desenvolvimento sustentável em Portugal: problemas e perspectivas», Gulbenkian, 15-6-1993, no prelo; Melo Pimenta, *op. cit.*, 1993, e Nunes Correia, *Ambiente e Ambientalismos em Portugal*, Arrábida, Agosto de 1993.

<sup>72</sup> Soromenho-Marques, *op. cit.*

<sup>73</sup> V. Soromenho Marques, citando M. Janicke, que no seu texto «Institutional and other framework conditions for environmental policy success — a tentative comparative approach», Berlim, Freie Universität, 1991, estabelece cinco referenciais institucionais para testar as estruturas institucionais postas ao serviço das políticas de ambiente, in V. Soromenho Marques, «O problema da decisão em política de ambiente», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 36, «Ambiente e cidadania», Fevereiro de 1993.

<sup>74</sup> No mesmo artigo Soromenho-Marques enumera sete características que um processo de mutação económica implica para viabilizar a instalação de uma verdadeira política ambiental.

2.2. Que consciência têm então os *agentes sociais* desta problemática? Inquéritos recentes — realizados em 1986 e 1992<sup>75</sup> — mostram que os Portugueses, em geral, estão muito preocupados com a qualidade do ambiente (90% dos inquiridos declararam estarem bastante ou algo preocupados com os problemas de ambiente), que essa preocupação aumenta na perspectiva de um futuro próximo e que, quando se considera a totalidade do país, as preocupações manifestas vão sobretudo para o envenenamento das águas, a poluição do ar e as florestas e matas destruídas pelos incêndios. Além de que, em geral, os Portugueses são bastante mais sensíveis aos aspectos da poluição industrial e urbana do que à poluição agrícola.

Esta sensibilidade genérica terá, contudo, vários sentidos, consoante os diferentes contextos sociais donde provenha, não sendo possível através destes inquéritos — aplicados a nível mundial e europeu — determinar com segurança e em detalhe de que problemas e preocupações ambientais se trata.

Se considerarmos, contudo, algumas variáveis sociais, vemos que, tendencialmente, o grau de preocupação ambiental aumenta nos estratos sociais mais elevados e também nos escalões etários mais baixos — o que se relacionará certamente com um maior índice de escolaridade, crescendo ainda com a complexificação urbana. Os habitantes das cidades revelam não só maiores preocupações gerais com o ambiente, como atribuem pior classificação aos seus ambientes locais: a esmagadora maioria das populações urbanas considera má ou muito má a qualidade do ambiente onde vive (sobretudo devido à poluição atmosférica e falta de espaços ao ar livre), enquanto, para as populações rurais, a insuficiência do saneamento básico e a recolha do lixo constituem ainda preocupações centrais. Comparativamente com 1986, o peso destes problemas básicos diminuiu em 1992 substancialmente — de 56% para 37% —, o que se relaciona com uma efectiva melhoria estrutural verificada. Mantêm-se, contudo, e ainda como preocupação preponderante dos Portugueses em 1992, com um valor significativamente maior, face à média europeia.

Talvez seja esta uma das razões que levam os Portugueses a estabelecer, como consequências principais e intrínsecas da degradação ambiental, as questões de saúde pública. Há países europeus onde a degradação ambiental é vista mais como um atentado às paisagens ou à beleza da vida natural; em Portugal teme-se a degradação ambiental, muito concretamente ao nível do próprio corpo. Por isso a razão mais importante que os Portugueses encontram para preservarem o ambiente é a protecção da sua saúde (49% das respostas do inquérito Gallup), sendo este também o principal pretexto apontado para motivar os investimentos no ambiente (45% das respostas do inquérito CEE).

---

<sup>75</sup> *The Health of the Planet Survey*, Gallup International Institut, Abril de 1992; *Os Europeus e o seu Ambiente*, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1986, e «Les européens et l'environnement en 1992», in *Eurobarómetro*, n.º 37, Comissão das Comunidades Europeias, Buxelas, 1992.

Para uma análise mais detalhada destes inquéritos, v. F. Nunes Correia, *op. cit.*, e L. Schmidt, *op. cit.*

A outro nível, ressalta claramente dos inquéritos efectuados que os Portugueses querem maior intervenção estatal na protecção do ambiente, desejo que, aliás, cresceu entre 1986 e 1992 querem mais e melhores leis, mais eficazmente cumpridas (92%), e querem receber mais e melhor formação/informação, considerando as falhas na educação, no sentido de «não saberem o que fazer para protegerem o ambiente», um dos grandes responsáveis pelos problemas ambientais do país (92%).

Reflexo desta desinformação é a manifesta falta de conhecimentos efectivos sobre fenómenos globais, como, por exemplo, o «efeito de estufa» e o «buraco no ozono» — problemas que temem, mas não sabem explicar e que consideram mundialmente graves, mas não propriamente portugueses. Também a este nível se verifica, contudo, alguma mudança tendencial, se considerarmos os dois inquéritos europeus: de 1986 para 1992 verifica-se um aumento do peso atribuído aos problemas globais no cômputo geral das agressões ambientais consideradas. Os efeitos mediáticos ligados à ECO 92 não serão aqui de menosprezar.

Refira-se ainda que os Portugueses, em geral, recusam o binómio da exclusividade crescimento económico/protecção ambiental, aderindo maioritariamente à possibilidade de desenvolver, preservando (desenvolvimento sustentável), mesmo que tal implique um processo de crescimento mais lento (afirmam 53,4%).

É curioso ainda verificar que o seu grau de preocupação e empenho vai ao ponto de se disporem, independentemente da sua situação social, a contribuir monetariamente para a melhoria das condições ambientais (seja através dos impostos, seja no maior preço a pagar pelos produtos «verdes») e a apoiar várias acções ambientais de cariz privado (desde a poupança de energia à participação na separação de lixo).

Contudo, apesar de todas estas preocupações ambientais, os Portugueses quase «não agem» nem intervêm publicamente, sobretudo de forma organizada — temos uma das mais baixas taxas europeias de militância em associações «verdes». O movimento social e político para a defesa do ambiente é fraco e só recentemente ganhou alguma notoriedade.

2.3. Antes de 1974, o *movimento associativo de ambiente* praticamente não existia. A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) data, no entanto, de 1948 e foi o primeiro movimento ecologista português impulsionado por cientistas ligados aos movimentos conservacionistas internacionais da época, movimentos estes que se preocupavam essencialmente com a destruição do mundo rural<sup>76</sup>. Desenvolvendo uma série de pesquisas de grande qualidade, a LPN manteve durante décadas características predominantemente académicas e científicas, centradas na conservação da natureza, mas sem projecção pública ou política.

A ausência de tradições associativas a todos os níveis da sociedade portuguesa gerou, também neste domínio, grandes dificuldades de protagonismo e intervenção das associações ecologistas, mesmo daquelas — de vida, aliás, efémera — que se constituíram depois de Abril de 1974. Apenas alguns problemas mais ameaçadores,

como o nuclear, cujo perigo três vezes assomou no horizonte das preocupações dos Portugueses: em 1977, 1982 e 1984<sup>77</sup> animaram as populações, mobilizando todos os ecologistas portugueses numa mesma acção. É nesta luta antinuclear que podemos situar as raízes de vários pequenos grupos ecologistas, entre eles o Movimento Ecológico Português (MEP), sendo a sua primeira fase marcada por iniciativas esporádicas e atomizadas, ou *ad hoc*<sup>78</sup>, em torno de problemas meramente conjunturais. Ao MEP sucederia a Associação Portuguesa de Ecologistas — Amigos da Terra —, que teve alguma, mas efémera, projecção pública no início dos anos 80, promovendo alguns encontros e debates<sup>79</sup>.

Os primeiros encontros nacionais de ecologistas situam-se em 1984 e 1985, e neles se vislumbrou uma miscelânea de grupos com princípios, intenções, origens, objectivos e interesses impossíveis de conciliar. Nem «políticos experientes» nem activistas com peso social nem cientistas preparados (uma vez que a LPN mantinha a sua reserva académica), os ecologistas portugueses estavam muito «verdes» na sua afirmação social e política e ainda longe de uma acção organizada e representativa<sup>80</sup>.

Do ponto de vista da organização partidária, também não surgiu nenhuma estrutura sólida. Ao contrário de outros países europeus, o desenvolvimento do movimento ecologista português não conduziu à fundação de um partido verde. Até ao início dos anos 80, alguns partidos pequenos fizeram das questões ambientais a sua bandeira, como o Partido Popular Monárquico (PPM) — presente, aliás, em associação com os grandes partidos, em vários governos de 1974 a 1983 — através do seu líder, Ribeiro Telles, e também o Movimento Democrático Português (MDP), organização actualmente quase sem expressão.

Quanto ao Partido Ecologista Os Verdes (PEV), criado em 1983, teve nas suas origens algum protagonismo na defesa do ambiente, devido à sua pequena representação parlamentar. Contudo, a sua aliança explícita ao Partido Comunista Português cedo lhe retirou importância nas questões ambientais, estando hoje completamente isolado do movimento ecologista.

---

<sup>77</sup> Respectivamente: a propósito da intenção governamental de instalar uma central nuclear na aldeia de Ferrel (1977); por causa da reestruturação do Plano Energético Nacional, que apontava de novo a opção nuclear (1982), e a possibilidade de construção de uma central nuclear espanhola mesmo junto à fronteira portuguesa (1984).

<sup>78</sup> No seu texto *Environmental Movement and Green Parties in Portugal*, Alexander Carius considerou duas formas de militância ecológica: iniciativas *ad hoc*, assaz inconsistentes, características do Movimento Ecológico Português até 1986, e estratégias de longo prazo, depois de 1986.

<sup>79</sup> A organização internacional Os Amigos da Terra, que teve alguma projecção em Portugal na luta antinuclear, quase desapareceu no final dos anos 80.

<sup>80</sup> V. Soromenho-Marques, no seu artigo «Uma longa marcha», in *Combate*, 123, Outubro de 1989, faz uma avaliação crítica do Encontro Nacional de Ecologistas, referindo-se à «especificidade de periferia» que caracteriza a situação portuguesa e estabelecendo uma tipologia pulverizada dos tipos de grupos ecologistas existentes à data.

A propósito da história do movimento ecologista, v. também J. J. Melo e C. Pimenta, *op. cit.*

Pode dizer-se, aliás, que uma característica específica da política de ambiente e mesmo do protesto ecológico em Portugal durante muito tempo foi sobretudo o resultado do protagonismo de certas personalidades públicas, tais como o já citado Ribeiro Telles, secretário de Estado do Ambiente em 1975-1976 e ministro da Qualidade de Vida em 1982-1983 e responsável pelas leis fundamentais de conservação da natureza, ou Carlos Pimenta, secretário de Estado do Ambiente em 1986-1987, responsável pela Lei de Bases e pela das associações de defesa do ambiente e fundador, em 1981, de um grupo de estudos que viria a ser uma das associações nacionais de defesa do ambiente — o GEOTA.

Foi depois de 1986, com a adesão europeia e, sobretudo, com a lei das associações de defesa do ambiente, que os movimentos «verdes» começaram a consolidar-se. Constituíram-se duas importantes associações ecologistas a nível nacional — o GEOTA (Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente) e a QUERCUS (Associação Nacional de Conservação da Natureza), enquanto a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), renovada e reactivada, tomou lugar também entre as associações nacionais com intervenção pública: a passagem das iniciativas pontuais, *ad hoc*, às acções mais consistentes, organizadas, e mesmo profissionalizadas, iria também iniciar-se. Duas campanhas marcaram a primeira actuação conjunta das três associações nacionais em 1987: a cíclica ameaça de instalação da lixeira nuclear em Aldeadavilla, por um lado, e o movimento contra a eucaliptização, por outro<sup>81</sup>.

A situação de estabilidade política e económica e sobretudo a acção dos *media*, favoreceram, entretanto, a formação de uma opinião pública que, finalmente, teria disponibilidade para se virar para as preocupações ambientais.

Outras iniciativas de menor impacto levadas a cabo por pequenas associações locais vão tendo também a sua expressão sobretudo no domínio da protecção do mundo rural: sua natureza e património histórico e cultural<sup>82</sup>.

A protecção da natureza tem sido, deve-se dizê-lo, um dos aspectos mais marcantes dos movimentos ecológicos em Portugal; apenas algumas associações nacionais valorizam pontualmente aspectos mais pragmáticos e, digamos, tecnológicos da protecção ambiental<sup>83</sup>.

Hoje em dia quase todas as associações ecologistas estão organizadas numa confederação, mas as três associações nacionais — GEOTA, QUERCUS e LPN —

---

<sup>81</sup> Trata-se da primeira grande acção nacional com uma estratégica cooperação entre os agentes ao nível local e as associações contra o eucalipto e as acções de reflorestação com esta espécie, sobretudo nas regiões do norte do país (v. P. Lemos, «Associativismo e a defesa do ambiente», in *O Verde*, n.º 5, Lisboa, 1988).

<sup>82</sup> Existem 129 associações nacionais, regionais e locais registadas no IPAMB, entre as quais podemos contar também com aquelas que estão encarregues da gestão dos programas *leader* financiados pela CEE e que têm preocupações de desenvolvimento participado pelas populações.

<sup>83</sup> O facto de algumas associações nacionais terem entre os seus militantes muitos engenheiros do ambiente — licenciatura recente criada em 1978 — contribuiu para uma abordagem mais instrumental e pragmática.



são as mais relevantes, congregando um potencial de intervenção que lhes vem também, pelo menos teoricamente, da recente legislação que as enquadra. Contudo, se é verdade que elas devem ser consultadas pelo governo e outros parceiros sociais sobre as questões ambientais, isso só acontece muito esporadicamente. Por ora, em termos de intervenção política, as associações são mantidas a um nível ainda muito rudimentar de influência.

2.4. Em contrapartida, os *meios de comunicação social* passaram a ter um papel progressivamente proeminente na mobilização da opinião pública, denunciando os problemas e efectuando uma informação com componentes pedagógicas. Se nos anos 70 este facto se deveu fundamentalmente ao protagonismo de alguns *opinion makers*, que mantinham colunas na imprensa (como Afonso Cautela ou Delgado Domingos), mais tarde a agenda dos meios de comunicação começou a incluir a temática ambiental como ponto obrigatório. Com os novos jornais criados em 1990, os novos postos de rádio e a televisão privada, o ambiente adquiriu um lugar definitivo na agenda mediática.

De igual modo, todos os grandes partidos políticos começaram a «enverdecer» os seus discursos, mesmo que tal nem sempre corresponda a programas de ambiente consistentes<sup>84</sup>.

Em suma, se a «moda» ambiental se instalou nos últimos tempos nos discursos mediáticos, políticos e até comerciais, ela não resulta apenas da influência das questões europeias ou do protagonismo crescente dos seus defensores, mas também se inscreve numa realidade social onde os problemas de ambiente se tornam mais visíveis e sentidos.

O discurso ambiental cai assim entre receptores progressivamente mais descontentes e instala-se em preocupações objectivas do quotidiano dos Portugueses.

Depois de um marasmo de décadas de fraca industrialização, num quadro fortemente rural, em que se manteve — ainda que por inércia — a conservação de algum património natural, os últimos anos têm trazido grandes alterações ecológicas negativas. O incremento da área ocupada com eucaliptos, a modernização da agricultura feita com uma utilização intensiva de adubos e pesticidas, a construção civil anárquica e desordenada, a instalação de unidades industriais sem qualquer critério de ordenamento e o aumento da produção de resíduos sem destino final adequado geraram uma situação de agravamento particularmente sensível ao nível dos recursos hídricos e da degradação da paisagem.

A história dos problemas ambientais em Portugal está ainda por fazer, mas já vimos como alguns diagnósticos recentes sobre o agravamento do estado do ambiente dão bem a imagem de um país que, nas pressas do crescimento, tem descurado em absoluto certos cuidados, gerando alterações ambientais eventualmente graves.

---

<sup>84</sup> À data em que finalizámos o presente artigo (Janeiro de 1994) o ambiente foi eleito como móbil específico para uma presidência aberta (Maio de 1994), como campanha ofensiva prioritária do Partido Socialista — que já inclui um fórum do ambiente — e como tema de grande debate para o Partido Social-Democrata (ambos acontecimentos anunciados para Abril de 1994).

### 3. «A OFERTA E A PROCURA» DA INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE O AMBIENTE

#### 3.1. A OFERTA

A investigação onde se articulam as questões ambientais e as ciências sociais pode, do ponto de vista da oferta, enquadrar-se em três estruturas diferentes: a investigação oficial, a investigação universitária e a investigação privada.

a) *A investigação oficial ou pública* produz-se no âmbito de certos ministérios e tem um alcance bastante limitado do ponto de vista das ciências sociais e humanas, centrando-se quase só na colheita de informação estatística sobre o ambiente.

A primeira entidade oficial a produzir informação específica sobre o ambiente foi a CNA (1971), que iniciou o primeiro atlas do ambiente — simples colecta de dados ambientais apresentados em cartas, cuja publicação ainda não está terminada. A CNA estimulou, todavia, os primeiros relatórios e estudos sobre o estado do ambiente<sup>85</sup>.

No período pós-25 de Abril, a Secretaria de Estado do Ambiente teve, durante um certo tempo (1975-1986), um serviço específico ocupado na realização de estudos ambientais onde se produziram alguns trabalhos de pesquisa mais sistemática (e textos comentados) sobre o ordenamento do território, a legislação e a defesa do ambiente<sup>86</sup>. Mas, desfeito este gabinete de estudos e reduzidos os meios técnicos e financeiros para a investigação, a tendência passou a ser a de encomendar os estudos ao exterior, restringindo cada vez mais a sua produção interna.

Hoje o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN) dedica-se quase exclusivamente, e de uma forma mesmo assim insuficiente, à recolha de certo número de dados de base sobre a qualidade do ambiente, visando obter a construção de índices ambientais. Um sistema informático — SINAIA (Sistema Nacional de Informação do Ambiente) — está a ser instalado, mas a base de dados ambientais não se encontra completa, estando muitos levantamentos ainda por fazer. Os anuários editados pelo MARN (desde 1988-1989) reflectem estas falhas. Não existe, por exemplo, um inventário completo e sistemático sobre as fontes poluentes — pelo simples facto de que faltam dados de campo e dados laboratoriais fiáveis<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> A publicação dos referidos mapas continua a fazer-se ao ritmo de dois por ano, agora já no âmbito do MARN.

Inicialmente a CNA, que mantinha alguma autonomia no quadro das instituições do Estado (já que dependia da JNICT), sob a direcção de J. Correia da Cunha, publicava, além dos primeiros relatórios nacionais sobre dados ambientais, alguns estudos mais aprofundados, por exemplo, sobre a poluição do estuário do Tejo e suas consequências económicas e sociais. Resenhas legislativas constituem também um campo de estudos importantes publicados no seu âmbito.

<sup>86</sup> O Serviço de Estudos do Ambiente publicou trabalhos individuais, como, por exemplo, o de Gomes Guerreiro, *A Defesa do Ambiente em Portugal*, SEA, Lisboa, 1977, e colectivos, como, por exemplo, *O Ordenamento Biofísico do Concelho de Sesimbra*, equipa de trabalho da área metropolitana de Lisboa, SEA, 3 vols., Lisboa, 1980.

<sup>87</sup> Existe actualmente um único laboratório nacional da Direcção-Geral do Ambiente em Lisboa, que, curiosamente, ainda não está oficialmente creditado. A nível regional funcionam outros laboratórios de menor dimensão: Sines, Porto, Setúbal, Faro, Coimbra.

O Instituto de Conservação da Natureza é, no âmbito do MARN, a única instância com uma linha de publicações mais regular, sobretudo no âmbito da conservação da natureza e das áreas protegidas, dando conta de uma informação muitas vezes descritiva e genérica, mas sem dúvida útil às ciências sociais<sup>88</sup>.

Também o Instituto de Promoção Ambiental publica colecções de teor essencialmente educativo e/ou legislativo desde 1988 e o Instituto Nacional da Água, nos seus antecedentes institucionais, produziu diversos estudos particularmente no domínio dos recursos hídricos. E o INE publicou pela primeira vez, em Julho de 1993, dados estatísticos sobre a qualidade do ambiente.

Outros ministérios — o do Plano e da Administração do Território (MPAT) ou o da Agricultura e Pescas (MAP), e, em menor grau, os da Indústria e Energia (MIE)<sup>89</sup> e da Saúde<sup>90</sup> — dispõem também de gabinetes, de centros ou institutos de investigação onde se realizam alguns estudos sobre problemas ambientais.

O MPAT produz, aliás, em colaboração com o MARN, relatórios anuais sobre o «estado do ambiente e ordenamento do território» (desde 1988); no âmbito das cinco Comissões de Coordenação Regionais (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) fazem-se também alguns estudos locais ou regionais, visando sobretudo a elaboração dos planos de ordenamento e desenvolvimento regional e local.

No MAP, através dos seus institutos, INIP (Instituto Nacional de Investigação das Pescas) e INIA (Instituto Nacional de Investigação Agrária), têm-se realizado, entre outros, estudos relacionados com a avaliação das externalidades, os sistemas agrários, as dietas alimentares<sup>91</sup>.

Esboça-se, contudo, uma tendência para a redução das estruturas de investigação integradas na administração pública, passando esta a ser predominantemente uma «consumidora» de estudos fundamentalmente realizados no exterior, recorrendo cada vez mais às universidades, às empresas ou aos centros privados de investigação.

b) A *investigação universitária* («pura») é neste domínio ainda limitada, recente, sem que exista propriamente uma agenda concertada de investigação. Esta encontra-

---

<sup>88</sup> V., por exemplo, a colecção «Parques Naturais» desde 1977, substituída mais tarde (1987) pela colecção «Natureza e Paisagem», a publicação dos seminários sobre conservação da natureza (a partir de 1987) e a revista *Correio da Natureza*, iniciada em 1986.

<sup>89</sup> Neste ministério, no âmbito da Direcção-Geral da Energia, funciona o Centro de Estudos de Energia Ambiental.

<sup>90</sup> No Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, tanto em Lisboa como no Porto, funcionam centros de estudo sobre alguns problemas ambientais, como a poluição e a saúde pública. No Porto, por exemplo, uma equipa de investigadores, em colaboração com o Instituto Abel Salazar, analisa os índices de chumbo no sangue de crianças pertencentes a diversos grupos sociais, relacionando-os com as diferentes exposições à poluição atmosférica (conforme o local onde vivem). De resto, na tradição de estudos de saúde pública realizados por médicos e higienistas desde o princípio do século, embora nessa altura mais centrados nas sociedades rurais. Para uma visão de conjunto destas participações v. J. M. Simões, *Saúde: o Território e as Desigualdades*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras de Lisboa, 1989.

<sup>91</sup> Maria Manuel Valagão, com a sua tese «Dieta alimentar e mudança social», Universidade Nova, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, que em Portugal constituiu o primeiro doutoramento em Ciências do Ambiente.

se dispersa por várias instituições, departamentos ou centros de estudos em Lisboa e noutros pólos universitários regionais, podendo dizer-se que ensaia os primeiros passos no que respeita ao cruzamento entre as ciências sociais e o ambiente.

Correndo o risco de incorreremos numa divisão artificial ou estática, diríamos que, já ao nível da investigação dita «aplicada» — entendida aqui como estudo-resposta às crescentes solicitações da procura «externa» —, o número de trabalhos tem aumentado bastante nos últimos anos (sobretudo nas áreas da economia e gestão).

Este fenómeno terá de ser, contudo, entendido à luz das alterações sofridas no funcionamento geral da investigação universitária e da sua progressiva ligação ao mercado.

Sem pretendermos fazer um inventário completo do que está actualmente em curso, referiremos apenas os vários tipos de instituições universitárias onde decorrem tanto as pesquisas (fundamentais e/ou aplicadas) como a formação de áreas e/ou disciplinas curriculares que nos dêem conta das iniciativas que tomam os problemas ambientais numa perspectiva pluridisciplinar em que as ciências sociais estejam de algum modo envolvidas.

Analisámos não só as estruturas universitárias na área das ciências sociais e humanas, como também tentámos situar nos cursos de engenharia ambiental qual o lugar (ou a falta dele) que as ciências sociais ocupam, tanto do ponto de vista da investigação como curricular.

No Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), onde funciona a mais antiga licenciatura de Sociologia (1975), criou-se pela primeira vez este ano (1993-1994) a disciplina de Sociologia do Ambiente, em substituição de Sociologia Rural, e na última reforma curricular da licenciatura (neste mesmo ano lectivo) adoptou-se uma nova opção disciplinar — Sociologia e Planeamento — onde o ambiente urbano é uma dominante<sup>92</sup>.

Quanto à investigação propriamente dita, ela é ainda restrita (à parte uma tese de doutoramento), decorrendo no âmbito de alguns centros de estudo sediados na instituição (ISCTE)<sup>93</sup>, mas com um funcionamento autonomizado. Realizam-se aqui predominantemente estudos encomendados pela administração pública, por empresas ou ainda solicitados pela União Europeia.

Situação idêntica passa-se no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), onde, já há mais anos, se processam estudos em centros ligados à instituição; sobretudo no domínio dos recursos energéticos, a disciplina curricular de Economia

---

<sup>92</sup> O ambiente urbano será também uma componente importante num curso de pós-graduação do ISCTE — Requalificação Urbana e Ambiental — a funcionar desde 1992, e que foi buscar docentes de diferentes vocações disciplinares (sociólogos, economistas, engenheiros).

<sup>93</sup> Caso do CET (Centro de Estudos Territoriais), onde se desenvolve um certo número de estudos — sobretudo na área de sociologia urbana, de avaliação dos impactos ambientais e das dinâmicas sócio-culturais de regiões deprimidas — ou o CIDECE (Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos), que recentemente tem feito alguns estudos aplicados na área do turismo e do ambiente. Este último centro, que também faz formação profissional, adquiriu tais dimensões que passou a funcionar fora do espaço universitário, adquirindo um estatuto híbrido — simultaneamente universitário e semiempresarial —, já que responde sobretudo às solicitações da procura externa e a concursos.

e Energia funciona desde 1978. Actualmente, contudo, o leque de estudos solicitados diversificou-se bastante, estendendo-se a muitos outros domínios<sup>94</sup>.

No Instituto Superior de Agronomia (ISA), Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, funcionam também opções disciplinares sobre a economia dos recursos naturais e as metodologias de análise de externalidades, bem como algumas disciplinas em pós-graduação na mesma área. No mesmo departamento decorrem investigações sobre a transformação tecnológica e cultural dos campos, que de algum modo se relacionam com as questões ambientais em meio rural. E no departamento florestal prosseguem-se linhas de investigação ligadas em especial à economia de recursos naturais, onde a vertente ambiental é importante. Ainda no ISA, no Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista, desenvolvem-se algumas pesquisas sobre ordenamento do território e sobre as imagens da paisagem.

No Centro de Estudos Geográficos, integrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, prosseguem, como referimos, estudos onde estão constantemente presentes variáveis ambientais. É no curso de Geografia desta faculdade que funcionam duas disciplinas sobre questões ambientais.

No Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) funciona um curso de pós-graduação em Educação Ambiental. E na Universidade de Psicologia um grupo de investigadores estuda o problema dos comportamentos ambientais<sup>95</sup> — perspectiva que é igualmente desenvolvida por outro grupo no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) —, onde actualmente se desenvolve uma das primeiras teses de doutoramento de Ecologia Social, que toma as ciências sociais como instrumento de avaliação do impacto ambiental<sup>96</sup>.

Aliás, é curioso verificar que não só não se desenvolvem praticamente teses de doutoramento e/ou de mestrado que problematizem as ciências sociais e humanas no seu cruzamento com o ambiente, como também quase não se apresentam propostas de investigação de iniciativa meramente académica (os projectos de recurso à JNICT são a este propósito esclarecedores)<sup>97</sup>.

Em suma, os exemplos dados ajudam a perceber que estamos perante uma temática que se começa a desenhar entre nós, mas para a qual a estrutura universi-

---

<sup>94</sup> O CEETA (Centro de Estudos de Energia, Tecnologia e Ambiente) foi especificamente criado em 1985 para proceder a investigações sobre economia e energia que interessavam à então Secretaria de Estado do Ambiente. Actualmente desenvolve um projecto sobre as externalidades da biomassa.

Noutros centros sediados no ISEG decorrem também trabalhos de investigação sobre a avaliação de externalidades.

<sup>95</sup> Por exemplo, atitudes face ao consumo de energia ou da água.

<sup>96</sup> Trata-se da tese de João Craveiro, «Estudos de impacte ambiental em Portugal. A contribuição sociológica», LNEC, Lisboa, iniciada em 1991.

<sup>97</sup> Entre 1990 e 1992 a JNICT concedeu apoio a cerca de cinco projectos considerados no âmbito das ciências sociais e do ambiente. Dois deles dirigidos por engenheiros do IST, «Defesa contra cheias e processos de decisão. Critérios de ordenamento e gestão em zonas de risco» e «Erosão hídrica na região sul de Portugal — avaliação dos processos dominantes responsáveis pela degradação do solo e da paisagem»; outro dirigido por um geógrafo: «Avaliação de impactos ambientais utilizando sistemas de informação geográfica multimedia» (ISEGI); dois estavam a cargo

tária não tem ainda, como referimos, nem agenda de investigação, nem estratégia de ensino coerente<sup>98</sup>.

Fazendo rapidamente a ronda das universidades regionais, temos notícia de algumas disciplinas curriculares (Ecologia Humana e Planeamento Social e Regional) no curso de Sociologia da Universidade de Évora, bem como a existência, na mesma universidade, de um mestrado em Ecologia Humana. Ainda em Évora, iniciou-se em 1993 uma nova licenciatura em ciências do ambiente e funciona também o Centro de Ecologia Aplicada, mais virado para a realização de estudos de âmbito físico e biológico.

Em Vila Real iniciou-se em 1993 um mestrado e uma pós-graduação em Agricultura, Mercados e Ambiente.

Em Coimbra, o Centro de Estudos Sociais ligado à universidade tem elaborado, ultimamente, alguns projectos onde se incluem questões ambientais.

No Porto funciona uma licenciatura em Ciências da Nutrição, de cujo currículo constam disciplinas que articulam saúde pública e ambiente<sup>99</sup>.

Finalmente, na Universidade do Algarve encontramos estudos no domínio da antropologia ecológica, da geografia e do desenvolvimento regional.

Quanto à presença das ciências sociais e humanas no domínio das licenciaturas em Engenharia do Ambiente, ela é praticamente nula. Das 11 licenciaturas existentes neste domínio, apenas três — Engenharia Ambiental da Universidade de Coimbra, Arquitectura Paisagista de Universidade de Évora e Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro — incluem uma pequena componente daquilo a que chamam «ciências humanísticas»<sup>100</sup> e que dizem respeito, por exemplo, às disciplinas de sociologia geral<sup>101</sup>.

No domínio dos projectos de investigação, a ausência das ciências sociais é idêntica, encontrando-se a sua presença apenas pontualmente e sempre de forma secundária.

c) *A investigação privada*, também recente e pouco relevante, tem três origens principais: as empresas de estudos, as associações de defesa do ambiente e os centros de estudo independentes.

---

de um psicólogo, «Avaliação psico-social de impactos ambientais» (CNIG), e de um historiador-arqueólogo, «O casco urbano — vectores históricos e avaliação funcional» (Campo Arqueológico de Mértola).

<sup>98</sup> Pela primeira vez surgiu este ano em Portugal uma revista de sociologia, subordinada ao tema «Ambiente e cidadania», na qual se incluem três artigos alusivos ao tema — *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 36, Fevereiro de 1993, Coimbra.

<sup>99</sup> À data em que escrevemos este texto há ainda nota da formação de um gabinete de estudos para o desenvolvimento sobre o Norte de Portugal, onde se integrarão especificamente as questões ambientais.

<sup>100</sup> Um artigo recente faz o inventário das licenciaturas do ambiente actualmente existentes, estabelecendo o «peso relativo» que as diferentes disciplinas nelas ocupam (J. P. Fernandes, «Licenciaturas no domínio do ambiente», in *Indústria e Ambiente* — revista de informação técnica e científica, n.º 1, Dezembro de 1993).

<sup>101</sup> Por exemplo, no GASA (Grupo de Análise de Sistemas Ambientais) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa decorre um projecto sobre a bacia hidrográfica do Tejo, onde se incluem dados sócio-económicos recenseados por cientistas sociais.

As *empresas privadas* respondem sobretudo às necessidades do mercado, que nos últimos anos a obrigatoriedade legal dos estudos tem vindo a estimular. Desta espécie de «negócio de estudos do ambiente» bebem agora inúmeras empresas recém-formadas, que, em grande parte (e apesar de haver excepções), fazem um tipo de investigação meramente funcional e habitualmente de qualidade duvidosa, o que ajudou a desvalorizar estudos mais sérios — empresas mais especializadas e experientes. Os exemplos mais flagrantes desta desqualificação têm sido alguns planos de ordenamento das autarquias, mas sobretudo os casos dos estudos de impacto ambiental — nos quais a abordagem ou avaliação sociológicas praticamente não figuram, reduzindo-se as mais das vezes à mera apresentação de variáveis sócio-demográficas<sup>102</sup>.

Algumas empresas, contudo, têm técnicos com formação adequada que elaboram estudos bem estruturados, sobretudo quando a encomenda parte do Estado.

As *associações de defesa do ambiente* investigam, ora informalmente por iniciativa própria, ora a pedido do governo (ou da administração pública em geral)<sup>103</sup>, e também, ultimamente, recorrem a linhas de investigação propostas pela UE.

Há ainda *centros de estudo independentes* que fazem investigação específica (sobre legislação, por exemplo), mas estes organizam sobretudo conferências e debates.

### 3.2. A PROCURA

A maioria dos estudos realizados em Portugal cruzando ciências sociais e ambiente são produzidos, sobretudo, *a pedido* do governo e dos seus ministérios, mas também dos departamentos da administração regional e local. Verifica-se ainda, nos últimos tempos, uma crescente procura, por parte das empresas privadas, de estudos tornados obrigatórios, como já dissemos, por imposições legais na concretização dos grandes projectos e planos de ordenamento do território e das cidades (sobretudo desde 1990, com a lei dos estudos de impacto ambiental).

Os principais agentes da procura de investigação são:

a) Os ministérios:

- O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (sobretudo os departamentos de qualidade do ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e o INAG);

---

<sup>102</sup> O facto de estes estudos serem pagos pelo investidor, que deles necessita legalmente para empreender determinado tipo de obras (Decreto-Lei n.º 186/90), tende a gerar uma preferência pelos grupos de estudos que apresentem as propostas menos onerosas — o que significa, muitas vezes, menor qualidade científica.

<sup>103</sup> Em 1993, o MARN encomendou às três associações de defesa ambiental nacionais estudos sobre o estado da reciclagem (QUERCUS), a situação do litoral (LPN) e avaliação de impacto da instalação da incineradora de resíduos tóxicos em Sines (GEOTA). Apenas a QUERCUS incluiu um cientista social (psicólogo) nas suas equipas de trabalho.

- O Ministério da Agricultura e Pescas;
- O Ministério do Plano e da Administração do Território;
- As administrações regional e local;

- b) Os departamentos do Estado que devem executar os grandes projectos infra-estruturais (como o Ministério das Obras Públicas, para as auto-estradas e as pontes, o Ministério do Mar, para os portos, etc.);
- c) A União Europeia, que tem solicitado a participação dos Portugueses na elaboração de diversos estudos comparativos, integrando-os em projectos europeus e servindo muitas vezes como motor de arranque em pesquisas que passam a ter continuidade;
- d) As empresas privadas que realizam grandes projectos de investimento e cujos impactos ambientais (onde se inclui o impacto social) devem ser avaliados com antecedência.

Muito raramente, verifica-se também a procura de estudos por empresas públicas (e também privadas) que estão interessadas no melhoramento da sua imagem pública e na resolução dos problemas com a vizinhança (caso das cimenteiras)<sup>104</sup>.

#### 4. NOTA DE SÍNTESE SOBRE A BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

Da dinâmica oferta/procura da investigação sobre ambiente que acabámos de descrever surgiram trabalhos cuja existência é, por si só, um indicador das preocupações ambientais prevaletentes em Portugal. Nestes trabalhos, como vimos, a presença das ciências sociais é quase sempre secundária. Todavia, é possível encarar a inventariação bibliográfica em si mesma como objecto de estudo, no sentido em que revela quais, como e quando foram tratados os temas abordados pelos vários autores no domínio das questões ambientais.

Considerámos a bibliografia seleccionada como se fosse ela própria o resultado de um inquérito temático às diferentes abordagens científicas ou técnicas destas questões, mesmo que independente do valor científico ou técnico intrínseco, por vezes discutível, dos trabalhos efectuados e da sua maior ou menor divulgação pública. De facto, além dos trabalhos publicados<sup>105</sup>, incluímos também na bibliografia pesquisas que fazem parte do que se costuma chamar «literatura cinzenta»<sup>106</sup>, que

---

<sup>104</sup> V. J. J. Amaral Mendes, *Estudo de Poluição Atmosférica do Ambiente Rural. Poluentes Metálicos do Ar nas Áreas das Fábricas de Cimento de Maceira, Pataias e Souselas, Anos 83/84/85*, INIA, Lisboa, 1990. Tratou-se de um estudo encomendado e financiado pelas cimenteiras a um investigador do INIA.

<sup>105</sup> Livros e artigos de revistas comercializados.

<sup>106</sup> Produto de teses, relatórios de projectos de investigação, colóquios, seminários ou reuniões científicas de divulgação restrita, por vezes policopiados. Encontram-se sobretudo nas bibliotecas das instituições que os promovem.



representam, de resto muitas vezes, o que há de mais actual sobre ambiente no panorama da investigação científica portuguesa.

#### 4.1. AS FONTES

A investigação científica em ciências sociais sobre ambiente, modesta e muito dispersa, não foi até hoje objecto de nenhuma recolha sistemática, e ainda menos sujeita a tratamento informático que torne rápida e acessível a sua consulta. Recorremos, assim, a várias fontes de informação, percorrendo mesmo várias bibliotecas nas universidades, em centros de investigação e em ministérios<sup>107</sup>. Visitámos todas as do Ministério do Ambiente, sendo de notar que este não centraliza sequer as suas publicações num departamento específico. Também recorremos a entrevistas com informantes privilegiados sobre as questões do ambiente a vários níveis — da administração pública às associações ambientalistas, passando pelos especialistas das diversas ciências sociais<sup>108</sup>.

Um trabalho do Ministério do Ambiente, *Contributo para o Conhecimento do Acervo Bibliográfico em Matéria de Estudos e Políticas do Ambiente*<sup>109</sup>, bem como a consulta de listagens e boletins bibliográficos de vária proveniência, públicos e privados<sup>110</sup>, constituíram para nós uma ajuda inestimável.

#### 4.2. A CLASSIFICAÇÃO IDEOGRÁFICA

Foi nossa tarefa elaborar um conjunto de classes e de palavras-chaves que permitissem uma classificação ideográfica da bibliografia seleccionada, facilitando posteriormente a pesquisa bibliográfica.

<sup>107</sup> As bibliotecas do IPAMB (Instituto de Promoção Ambiental), do ICN (Instituto de Conservação da Natureza, da DGA (Direcção-Geral do Ambiente), do INAG (Instituto da Água), todas pertencentes ao Ministério do Ambiente, mas também as do ISA (Instituto Superior de Agronomia), do ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), do CEG (Centro de Estudos Geográficos) e das CCR (Comissões de Coordenação Regional: Lisboa e Vale do Tejo, Centro, Norte, Alentejo e Algarve), às quais pedimos listagens, e ainda às bibliotecas de algumas universidades regionais.

<sup>108</sup> A este respeito devemos, de resto, agradecer a algumas pessoas cujas sugestões e críticas nos ajudaram ao longo da pesquisa bibliográfica interdisciplinar que efectuámos. De entre elas destacamos: no ICS, os Profs. João Ferrão e José Sobral; no ISCTE, o Prof. Pedro Prista; no ISA, os Profs. Oliveira Baptista, Monteiro Alves e o engenheiro J. M. Lima Santos; na Faculdade de Letras (UL), Prof. V. Soromenho-Marques; por último, da Universidade do Algarve, o Prof. João Guerreiro.

<sup>109</sup> M. Amélia Matos (coord.), ed., Lisboa, 1991.

<sup>110</sup> Universidades, serviços públicos (em especial do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, do Ministério do Plano e do Ministério do Ambiente), empresas, associações (ecologistas e profissionais). Destaque-se o trabalho da biblioteca geral da Universidade de Coimbra, secção de publicações periódicas, levado a cabo desde 1990: *Sumários das Publicações Periódicas Portuguesas — Ciências Humanas, Sociais, Puras e Aplicadas*.

As opções feitas seguem de perto as que foram estabelecidas no âmbito do projecto internacional em que colaborámos<sup>111</sup>.

Estas opções, não obstante, tiveram grande flexibilidade e permitiram várias adaptações adequadas ao contexto de cada país participante. Pela nossa parte, foi sobretudo ao nível das palavras-chaves (nas suas várias desagregações<sup>112</sup>) que criámos as nossas próprias referências.

Mantivemos as grandes classes estabelecidas. Em anexo, fornecemos a lista destas classes, bem como a identificação das primeiras palavras-chaves utilizadas (MAT1).

Na classe A, «generalidades», incluímos relatórios oficiais, normalmente anuais, bem como obras clássicas interdisciplinares nos domínios da economia agrária, da geografia, da história económica e social, da antropologia e da etnografia.

O conteúdo das outras classes, indiciado na sua própria designação, fica, porém, melhor esclarecido se considerarmos a especificação das palavras-chaves utilizadas que constam da lista incluída em anexo. Esta lista é, no que se segue, uma referência fundamental a que sistematicamente voltaremos.

#### 4.3. LINHAS DOMINANTES DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE O AMBIENTE EM MEIO RURAL

Dissemos que uma reflexão global sobre os temas seleccionados permite identificar os centros de interesse dominantes na produção científica e técnica portuguesa sobre as questões ambientais.

Faremos, num primeiro momento, uma análise dos temas de investigação, reportando-nos ao seu peso relativo, identificado pelo número de títulos que cada um comporta.

Num segundo momento faremos uma análise, simultaneamente temática e cronológica, dos títulos seleccionados, indiciadora da evolução da investigação ao longo do tempo e de alguma forma, também, da evolução progressiva dos problemas ambientais que se foram colocando à sociedade portuguesa à medida que o contexto sócio-económico e político se ia também transformando.

##### *a) Os «temas» da investigação*

Limitar-nos-emos aqui a um comentário rápido sobre a importância relativa das classes na classificação ideográfica estabelecida, não nos reportando, senão marginalmente, ao seu conteúdo. Este ficará, em todo o caso, mais claro se nos reportarmos à lista das palavras-chaves que publicamos em anexo.

---

<sup>111</sup> V. notas 1 e 2.

<sup>112</sup> Utilizámos para cada título até três palavras-chaves, MAT1, MAT2, MAT3, com eventuais subdivisões (MAT11, MAT12, etc.).

A representação das classes, por ordem de importância, é a seguinte:

- Classe H, «Políticas e modos de gestão do ambiente» (161 títulos);
- Classe B, «Problemas de ambiente» (46 títulos);
- Classe I, «O ambiente como campo de pesquisa» (46 títulos);
- Classe D, «Práticas e sistemas técnico-agrícolas e agro-alimentares» (35 títulos);
- Classe E, «Usos e utilizações não agrícolas da natureza e do espaço rural» (31 títulos);
- Classe A, «Generalidades» (30 títulos);
- Classe C, «Ecossistemas, meios, recursos» (19 títulos);
- Classe F, «Simbólica da natureza e do ambiente» (18 títulos);
- Classe G, «Actores e grupos sociais» (17 títulos).

Fazendo uma análise quantitativa dos títulos recenseados em cada classe, a primeira conclusão a que chegamos é que dominam os estudos incluídos na classe H, «Políticas e modos de gestão do ambiente», que abrange mais de um terço do total de títulos recenseados (403 títulos).

Pode dizer-se que a maioria destes trabalhos acrescenta pouco ao conhecimento das realidades sociais, sendo mínimo, na sua própria elaboração, o contributo dado pelas ciências sociais. Trata-se, em regra, de estudos feitos por técnicos da administração pública ou por especialistas implicados nas políticas governamentais, quer no domínio da protecção e conservação da natureza, quer no que diz respeito à gestão dos recursos naturais, ao ordenamento do território e ao desenvolvimento regional. Também os estudos de impacto ambiental e os relatórios sobre a aplicação das políticas de ambiente são aqui quase exclusivamente «técnicos», reflectindo os condicionalismos físicos e biológicos, e não propriamente problemas sociais. Mantivemo-los porque eles representam, apesar de tudo, um quadro de referência indispensável a estudos futuros.

Em segundo lugar, e com peso praticamente igual, surgem as classes B, «Problemas de ambiente», e I, «O ambiente como campo de pesquisa», ambas com 46 títulos. Pode dizer-se que a primeira delas é sobretudo dominada pelos problemas que dizem respeito às grandes questões do ordenamento da paisagem — provocados pela eucaliptização, pela instalação de barragens, pelas inundações — e à poluição da água e do ar.

Numa perspectiva muito descritiva, na segunda classe (I) dominam os aspectos metodológicos de estudos técnicos e económicos, estando a presença da sociologia reduzida a um só título, referente a um projecto ainda em curso<sup>113</sup>. São sobretudo disciplinas como a Engenharia do Ambiente, a Geografia, a Arquitectura Paisagista, que prevalecem e, em menor grau, também a Psicologia Social, esta última relativa a estudos de pendor mais declaradamente urbano<sup>114</sup>.

<sup>113</sup> J. Craveiro, *op.cit.*, v. nota 94.

<sup>114</sup> Referimo-nos sobretudo aos estudos realizados no âmbito do LNEC, coordenados por L.Soczka.

Quanto à classe D, «Práticas e sistemas técnico-agrícolas e agro-alimentares», inclui estudos de carácter geográfico e antropológico de cariz clássico e um conjunto de trabalhos mais recentes ligados aos problemas florestais.

No que respeita à classe E, «Usos e utilizações não agrícolas da natureza e do espaço rural», registam-se sobretudo trabalhos centrados sobre o turismo, as suas repercussões económicas e o seu impacto ambiental, todos relativamente recentes<sup>115</sup>.

Na classe C, «Ecossistemas, meios, recursos», os temas dominantes relacionam-se sobretudo com os recursos florestais e agro-florestais (eucalipto e montado) e com os recursos hídricos.

Nas duas últimas classes incluem-se, por um lado, trabalhos dispersos e pouco homogéneos, reportando-se às ideologias conservacionistas ou a certas ideologias mais radicais (classe F, «Simbólica da natureza e do ambiente»), por outro lado, à caracterização das populações que vivem nos parques e nas reservas naturais (classe G, «Actores e grupos sociais»).

### *b) A evolução cronológica*

Os períodos que vamos considerar correspondem a momentos particulares de adensamento de certas problemáticas de pesquisa, mas a sua interpretação deve, obviamente, inserir-se num quadro de referência mais global, onde se pressente a evolução sócio-económica e política portuguesa e a forma como nela se instalou a questão ambiental.

Vimos como a legislação e as instituições acompanharam a evolução dos problemas ambientais e responderam ao seu agravamento. Veremos agora como essa evolução se reflectiu nos temas de investigação, acompanhando as próprias transformações do quadro institucional e legal.

#### DO PRINCÍPIO DO SÉCULO ATÉ 1974 — QUE CIÊNCIAS SOCIAIS?

Este primeiro período definido reporta-se aos estudos de que falámos no início deste artigo (ponto 1) relativamente aos estudos sobre o rural — na perspectiva de agrónomos, silvicultores, paisagistas, mas também de geógrafos, antropólogos e sociólogos.

O ambiente como conceito operativo varia segundo as várias perspectivas disciplinares e varia também no tempo: em parte, porque o quadro político e institucional dá às questões de ambiente uma visibilidade diversa e, em parte, porque, de um outro modo, condiciona a produção científica.

Durante o período considerado, em pleno corporativismo, são sobretudo os registos de viagem, as monografias, os estudos geográficos e antropológicos que se produzem, denotando preocupação sobre a relação homem-natureza, tal como referimos anteriormente.

---

<sup>115</sup> Desde o final dos anos 80/início de 90, produzidos sobretudo no âmbito das CCR ou de centros de investigação sediados em universidades.

Vimos como são frequentes os estudos de caso sobre as comunidades de montanha, sobre as práticas agrícolas consideradas como resposta às adversidades da natureza ou como precaução contra elas.

Numa perspectiva um pouco mais alargada, alguns estudos sobre desenvolvimento agrícola e sobre os recursos florestais estão também representados.

Refira-se que a grande maioria destes trabalhos — que constituem o primeiro grande grupo de produções científicas implicando o ambiente — foi marcada por um conservacionismo ruralista empenhado, não hostilizado pelo regime<sup>116</sup>.

É certo que, no final dos anos 60, alguns estudos de influência externa — de países como, por exemplo, a Inglaterra, onde se desenvolvia a engenharia do ambiente, visando uma intervenção funcional — se situam já numa perspectiva pragmática e utilitarista, que encontra eco no próprio movimento nascente da industrialização trazida pelos grandes planos de fomento. Esta não seria, contudo, uma corrente significativa entre nós.

Foi apenas no princípio dos anos 70 que se produziu pela primeira vez um relatório internacional sobre o ambiente, elaborado (como referimos) pela CNA antes da Conferência de Estocolmo. Note-se ainda que, ao nível dos textos produzidos neste período, palavras como poluição ou degradação da natureza, por exemplo, eram quase inexistentes.

1974-1986 — ENTRE A REVOLUÇÃO E A INTEGRAÇÃO

O 1º Congresso Nacional do Ambiente teve lugar em 1976, tendo por tema a degradação do ambiente. Era o primeiro sinal de uma preocupação ainda dispersa e pouco corporizada sobre os problemas do ambiente que começavam a despontar: a degradação urbana, o impacto da construção das barragens, a eucaliptização. São estes os principais problemas que estão na origem dos diversos estudos aplicados do final da década de 70 e princípio dos anos 80<sup>117</sup>.

Grande parte dos trabalhos na altura realizados respondiam também a encomendas do poder institucional, que começava a sentir-se pressionado no sentido de definir políticas ambientais. Estas centraram-se sobretudo sobre a gestão dos recursos hídricos e o ordenamento do território<sup>118</sup>. A água e a floresta são, aliás, os recursos que mais mobilizam a atenção de agrónomos, de silvicultores, de economistas e de geógrafos, sendo, no entanto, a contribuição destes estudos sobretudo de ordem

<sup>116</sup> Era também nesta perspectiva que os cientistas da LPN estudavam a natureza — uma perspectiva que vinha, aliás, de países europeus onde, no pós-guerra, se instalara uma grande preocupação com a destruição do mundo rural.

<sup>117</sup> V., por exemplo, os estudos sobre os impactos da barragem do Alqueva e os estudos sobre alterações de paisagem provocadas pela eucaliptização.

<sup>118</sup> Sobre a gestão dos recursos hídricos, v. a obra de L. Veiga Cunha, «Planeamento dos recursos hídricos», in *Seminário sobre Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito das Bacias Hidrográficas*, 1979. Sobre o ordenamento paisagístico, v. as diversas intervenções de F. Caldeira Cabral realizadas nesta fase.

<sup>119</sup> V. os textos jornalísticos, posteriormente compilados em livro, de J. J. Delgado Domingos, ed. *Afrontamento*, 2 vols., Porto, 1978.

económica. Também surgem alguns trabalhos pontuais sobre o litoral (sua ocupação e conservação).

Registou-se ainda um esforço legislativo e regulamentar mais sistemático que deu lugar a publicações específicas. Neste período produziram-se também textos simultaneamente científicos e de opinião sobre as questões energética e nuclear<sup>119</sup>. Como vimos, foi o problema do nuclear que suscitou o primeiro movimento cívico ecológico em Portugal. Aliás, as poucas publicações sobre ideologia ecológica que se escreveram entre nós surgem nesta altura<sup>120</sup>.

Quanto às ciências sociais (sobretudo a sociologia e a antropologia social), têm então, já o vimos, outras prioridades e de algum modo secundarizaram as questões ambientais, quer como objecto empírico, quer como tema de reflexão teórica.

1986-1990 — A IMPOSIÇÃO AMBIENTAL

Após a adesão europeia e o Ano Europeu do Ambiente, assiste-se a uma verdadeira inflação de congressos, seminários, encontros, conferências, etc., sobre as mais diversas questões ligadas ao ambiente. Em 1987-1988 contam-se mais de dez acontecimentos deste tipo<sup>121</sup>. «Debate-se» de uma maneira marcadamente emotiva, talvez um pouco superficial, denunciando no entanto, pela primeira vez, publicamente (embora sem grande cobertura mediática), as estratégias e as preocupações de conservação da natureza e os problemas ambientais já equacionados de modo diverso. As tónicas principais incidem sobre o ordenamento paisagístico, as inundações, a desertificação, a erosão, os incêndios, mais uma vez as barragens.

Publicam-se também de modo sistemático os resultados destes encontros promovidos pelo Estado. Os participantes são sobretudo técnicos da administração e alguns especialistas (da paisagem, do espaço, da engenharia) que devem dar uma resposta aos problemas ambientais em vias de agravamento. Os estudos pragmáticos e funcionais começam a ser mais frequentes.

Mas em tudo isto pode bem perguntar-se onde estão os agentes sociais? O rural (re)aparece como tema, agora sobretudo como problema ambiental (desertificação, degradação), mas as ciências sociais não se ocupam especialmente dele. São, neste período, as zonas degradadas das cidades que constituem a preocupação dos estudos de cariz social interessados em ambiente (sobretudo na abordagem da psicologia social já referidos). Alguns estudos de caracterização das populações que habitam em áreas protegidas — Serra da Estrela, Serra de Aire e Candeeiros, Parque da Peneda-Gerês — surgem também nesta altura. Mas não se estudam nem os movimentos ambientalistas nem as atitudes face ao ambiente, a utilização ou

---

<sup>120</sup> Textos de Ribeiro Telles, Humberto da Cruz, Afonso Cautela, Fernando Pessoa, Gomes Guerreiro.

<sup>121</sup> 1.ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente; 1.º Congresso das Áreas Protegidas; 1.º Congresso sobre o Turismo no Espaço Rural; 1.º Colóquio sobre Eucalipto e Território; 1.º Colóquio sobre Ambiente, Turismo e Cultura; 1.º Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais; Seminário de Antropologia Ecológica (Algarve); Seminário de Conservação dos Recursos Energéticos; Conferência Internacional — A Garantia do Direito ao Ambiente; Jornadas sobre Desertificação; Congresso do Algarve e Congresso do Alentejo.

sobreutilização da paisagem nem os quadros de vida alteráveis pelas variáveis ambientais.

OS ANOS 90 — TEMPO DE CONSOLIDAÇÃO

Os desafios trazidos pelos anos 90 à economia e à sociedade portuguesas dão uma nova configuração aos estudos ambientais.

Deve sublinhar-se que o ambiente se instala como preocupação dominante da opinião pública portuguesa, em parte também por influência europeia.

É também em 1990 que se faz uma tentativa séria de elaborar pela primeira vez um diagnóstico completo dos problemas de ambiente em Portugal — o Livro Branco sobre o Ambiente — escrito por académicos: biólogos, geólogos, engenheiros.

Nota-se, nesta altura, um enorme surto de estudos, sobretudo motivados pela imposição de leis, directivas e planos que é preciso passar à prática. Mas, motivados também porque os problemas se agravam, passa a ser preciso conhecê-los melhor: os efeitos da poluição, do turismo, da eucaliptização, são objecto de trabalhos.

Os estudos de impacto ambiental, agora obrigatórios, estimularam também a produção teórica e conceptual sobre as metodologias e instrumentos de análise, mas são sobretudo os engenheiros que os elaboram. Os economistas começam, contudo, a interessar-se fortemente pelo tema. É verdade que nestes estudos a componente sociológica tem pouco peso, mas o interesse puramente científico pelo ambiente, como campo de pesquisa, intensifica-se e as contribuições disciplinares diversificam-se.

Neste arranque de década verifica-se assim uma dinâmica crescente de produção de estudos sobre ambiente, em termos quantitativos, mas também já se vislumbram alguns avanços qualitativos, mesmo que pontuais.

Um grupo de médicos de saúde pública começa a interessar-se pelos efeitos da poluição sobre a saúde e a distribuição social dos danos ambientais (Instituto Abel Salazar).

Psicólogos interessam-se pelas atitudes das pessoas face à degradação ambiental.

Alguns economistas voltam-se para os instrumentos fiscais da política ambiental e para a avaliação das externalidades.

Quanto aos sociólogos, já se encontram também envolvidos em alguns estudos, em grande parte promovidos no contexto da União Europeia.

Como noutros países europeus, constata-se uma certa resistência das opções disciplinares tradicionais e talvez mesmo um pouco o medo ou a ignorância da prática interdisciplinar.

Mas é como referimos na interdisciplinaridade ou mesmo na transdisciplinaridade, conceitos que é preciso todavia precisar, que reside o futuro dos estudos ambientais.

ANEXO  
Grelha de classificação bibliográfica

ÍNDICE

- A) Generalidades.
- B) Problemas de ambiente:
  - Biodiversidade.
  - Quadro de vida.
  - Clima.
  - Generalidades.
  - Ordenamento.
  - Paisagem.
  - Poluição.
  - Riscos.
- C) Ecossistemas, meios e recursos:
  - Água.
  - Floresta.
  - Litoral.
  - Sistemas ecológicos.
- D) Práticas e sistemas técnico-agrícolas e agro-alimentares:
  - Comunitarismo.
  - Novas tecnologias.
  - Opções técnico-económicas.
  - Pastoralismo.
  - Práticas agrícolas.
  - Sistemas de produção.
- E) Usos e utilizações não agrícolas da natureza e do espaço rural:
  - Caça.
  - Conflitos.
  - Colheita.
  - Energia.
  - Indústrias.
  - Pescas.
  - Turismo.
- F) Simbólica da natureza e do ambiente:
  - Atitudes.
  - Ideologia ecológica.
  - Representações.
- G) Actores e grupos sociais:
  - Associações.
  - Ideologia ecológica.
  - Representações.
- H) Política e modelos de gestão do ambiente:
  - Ordenamento.
  - Descentralização.



Decisão.  
Desenvolvimento.  
Peritagem.  
Formação.  
Legislação.  
Negociação.  
Política agrícola e rural.  
Política de ambiente.  
Protecção da Natureza.

*I) O ambiente como campo de pesquisa:*

Disciplinas.  
História e epistemologia.  
Métodos e instrumentos de investigação.  
Organização de investigação.